

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - (PROAF)
DIRETORIA DE MATERIAL (DM) – PROCESSO 3071/2020
PREGÃO ELETRÔNICO – EDITAL Nº 14/2020--PROAF/DM
MANUTENÇÃO DE UNIDADES EXTINTORAS DE INCÊNDIO E MANGUEIRAS TIPO 2

Número da Licitação no Banco do Brasil 818799

**PREGÃO ELETRÔNICO - EDITAL Nº 14/2020-SRP-PROAF/DM
AMPLA DISPUTA – ÂMBITO NACIONAL**

**PROCEDIMENTO LICITATÓRIO ELETRÔNICO
NO MODO DE **DISPUTA ABERTO E FECHADO****

OBJETO: Contratação de empresa com fornecimento de mão de obra e material/produto para inspeção, manutenção e recarga de extintores de incêndio; testes hidrostáticos de extintores e inspeção, manutenção, empatação e teste hidrostático de mangueira tipo 2 de combate a incêndio e demais especificações constantes nos anexos do edital.

IMPORTANTE

IDENTIFICAÇÃO BANCO DO BRASIL: 818799

TIPO DESTA LICITAÇÃO: MENOR PREÇO, DO LOTE.

INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: dia 10 de março de 2021, a partir das 08h00min.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 12 de março de 2021 às 08h00min.

INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA DE LANCES: dia 15 de março de 2021 às 08h30min.

ESCLARECIMENTOS, PROVIDÊNCIAS OU IMPUGNAÇÃO: conforme previstos nos itens 3 e 4 do Edital.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS (observado o prazo legal):

Pelo e-mail: protogenes@uel.br e/ou protogenes.pregoeiro@gmail.com – Fone (43) 3371-4334

Fone: (43) 3371-4384 – Fax: (43) 3348-8426 e 3328-8060

Horário: 10h00min às 12h00min e das 16h00 às 18h00.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília – DF

PREGOEIRO: PROTOGENES AFONSO SANTOS

e-mail: protogenes@uel.br e/ou protogenes.pregoeiro@gmail.com - fone: (43) 3371-4334.

Integram este Edital, como se nele estivessem transcritos, os anexos abaixo relacionados, dispostos na seguinte ordem:

- I. Especificação do objeto;
- II. Memorial Descritivo;
- III. Modelo de Declaração de ME/EPP;
- IV. Minuta do Contrato Administrativo de prestação de serviços;
- V. Relação dos documentos de habilitação;
- VI. Minuta da Proposta;
- VII. Modelo de declaração de que não possuem empregados menores de 18 anos nas condições vedadas pela legislação;
- VIII. Modelo de Declaração de Qualidade Ambiental e Sustentabilidade Sócio-Ambiental;
- IX. Modelo de Declaração de vedação ao nepotismo.

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - (PROAF)
DIRETORIA DE MATERIAL (DM) – PROCESSO 3071/2020
PREGÃO ELETRÔNICO – EDITAL Nº 14/2020--PROAF/DM
MANUTENÇÃO DE UNIDADES EXTINTORAS DE INCÊNDIO E MANGUEIRAS TIPO 2

Número da Licitação no Banco do Brasil 818799

**PREGÃO ELETRÔNICO - EDITAL Nº 14/2020-SRP-PROAF/DM
AMPLA DISPUTA – ÂMBITO NACIONAL**

**PROCEDIMENTO LICITATÓRIO ELETRÔNICO
NO MODO DE **DISPUTA ABERTO E FECHADO****

A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA-UEL, por meio da Imprensa Oficial-Paraná e da utilização de recursos da tecnologia da informação – INTERNET torna público que, de acordo com a Lei Estadual nº 15.608/2007 com as alterações da Lei Estadual nº 15.884/2008, Lei complementar Estadual nº 163/2013, subsidiariamente pelas Leis Federais nºs 10.520/2002, 8.666/1993 e 8.078/1990, Lei complementar nº 123/2006 com as alterações introduzidas pelas LCs Nº 147/2014 e 155/2016, Decreto Federal nº. 10.024/2019 e Decretos Estaduais nºs 4.880/01, 9.762/2013, 1.352/2015, 2474/15 e 1933/15, com suas respectivas alterações, e demais disposições legais aplicáveis, nas condições deste Edital e seus anexos, realizará processo licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo menor preço, **no modo de disputa aberto e fechado.**

1. DAS DISPOSIÇÕES E RECOMENDAÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. Serão utilizados para a realização deste certame recursos de tecnologia de informação, mediante um conjunto de programas de computador que permitem confrontação sucessiva através do envio de lances das proponentes com plena visibilidade para o(a) Pregoeiro(a) e total transparência dos resultados para a sociedade. O sistema encontra-se inserido diretamente na Internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.
- 1.2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor(a) da Universidade Estadual de Londrina, denominado(a) Pregoeiro(a), mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “Licitações” constante da página eletrônica www.licitacoes-e.com.br.
- 1.3. Serão desclassificadas, ao final da etapa de lances, as propostas arrematantes cujos valores estejam acima do teto máximo por item e/ou por lote, fixado no **ANEXO I** deste Edital.
- 1.4. Em atendimento à legislação federal e estadual, em especial ao contido no Decreto Estadual n.º 2474/15 e suas alterações, a Diretoria de Material da Pró-Reitoria de Administração e Finanças - DM/PROAF da UEL, sempre que possível, efetuará o parcelamento do objeto de suas licitações públicas de modo a ampliar a possibilidade de participação dos beneficiários do tratamento diferenciado (Lei Complementar 123/2006) e tendo em vista o incentivo à inovação tecnológica; ampliação da eficiência das políticas públicas e a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - (PROAF)
DIRETORIA DE MATERIAL (DM) – PROCESSO 3071/2020
PREGÃO ELETRÔNICO – EDITAL Nº 14/2020--PROAF/DM
MANUTENÇÃO DE UNIDADES EXTINTORAS DE INCÊNDIO E MANGUEIRAS TIPO 2

Número da Licitação no Banco do Brasil 818799

regional.

- 1.5. Para alcançar os efeitos mencionados no subitem 1.4. as licitações promovidas pela DM/PROAF/UEL classificam-se conforme condições de participação para disputa de seus respectivos objetos (Item ou Lote de contratação) e para fins de participação em certames desta Instituição, os termos abaixo expressos devem ser assim entendidos:

- a) ME - Microempresa;
- b) EPP - Empresa de Pequeno Porte e
- c) MEI - Microempreendedor Individual.

- 1.6. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente de perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

- 1.7. Problemas com conexão e/ou dúvidas sobre o site www.licitacoes-e.com.br telefonar para:

- O número 4004-0001 para os municípios localizados nas capitais e regiões metropolitanas;
- Para as demais localidades: 0800-729-0001, escolhendo pela ordem as seguintes opções:
 - 3 - empresas
 - 2 - orientações técnicas
 - 1 – correntista ou 2 não correntista
 - 7 – licitações

2. OBJETO DA LICITAÇÃO

- 2.1. O presente pregão tem por objeto a contratação de empresa com fornecimento de mão de obra e material/produto para inspeção, manutenção e recarga de extintores de incêndio; testes hidrostáticos de extintores e inspeção, manutenção, empatação e teste hidrostático de mangueira tipo 2 de combate a incêndio, conforme especificações do objeto, quantitativos, preços máximos unitários constantes do **ANEXO – I**, Memorial descritivo (**ANEXO II**) e na minuta do Contrato administrativo de prestação de serviços (**ANEXO IV**), partes integrantes do presente Edital.

- 2.1.1. A recarga dos extintores de incêndio deverá atender à Norma Brasileira – NBR 12962 (Inspeção, Manutenção e Recarga em Extintores de Incêndio), da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e Regulamento Técnico da Qualidade para os Serviços de Inspeção Técnica e Manutenção de Extintores de Incêndio, instituído pela Portaria nº 005 de 04 de janeiro de 2011 do INMETRO.

- 2.1.2. A Norma Brasileira que determina os parâmetros mínimos exigíveis de inspeção, de manutenção, testes hidrostáticos e empatação de mangueira tipo 2 é a NBR 12779.

- 2.1.3. O serviço poderá ser contratado em qualquer quantidade, de forma parcelada, a critério da UEL, sendo vedada proposta condicionada a faturamento mínimo e não havendo a obrigatoriedade da contratação de todo

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - (PROAF)
DIRETORIA DE MATERIAL (DM) – PROCESSO 3071/2020
PREGÃO ELETRÔNICO – EDITAL Nº 14/2020--PROAF/DM
MANUTENÇÃO DE UNIDADES EXTINTORAS DE INCÊNDIO E MANGUEIRAS TIPO 2

Número da Licitação no Banco do Brasil 818799

o quantitativo do objeto pela UEL.

- 2.1.4. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto e fechado**”, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 2.2. **Preço máximo da licitação:** é de **R\$ 295.841,73** (duzentos e noventa e cinco mil oitocentos e quarenta e um reais e setenta e três centavos), e a forma de pagamento se dará nos termos do **Decreto Estadual nº 4505/2016 e Resolução SEFA n.º 1212/2016**, através de depósito em conta bancária sob a titularidade da contratada, exclusivamente no Banco do Brasil S/A, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do recebimento definitivo dos serviços, mediante a apresentação de nota fiscal eletrônica de serviços prestados (NF-e), com destaque do ISS (quando for o caso), mediante a verificação dos demais documentos exigidos, conforme especificações à frente, no **Item 21 – DO PAGAMENTO**.
- 2.3. **Prazos de garantias e validade:** A garantia de peças substituídas e de validade dos serviços de recarga será de 12 (doze) meses, no caso das mangueiras submetidas ao testes hidrostáticos será de 12 (doze) meses e de validade do teste hidrostático do cilindro do extintor de incêndio é de (12 meses).
- 2.4. **Validade das propostas:** As propostas oferecidas pelas proponentes neste certame terão validade de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua abertura.
- 2.4.1. O prazo acima poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela Universidade durante o seu transcurso.
- 2.5. **Locais de retirada/entrega/instalação:** Os responsáveis pelas: Divisão de Serviços Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho – **SESMET**, do Serviço de Bem-Estar à Comunidade – **SEBEC** - da UEL, localizada à Rodovia Celso Garcia Cid, Km 380, PR 445, no Campus Universitário e **SEBEC** - HOSPITAL UNIVERSITÁRIO – **HU**, localizado à Av. Robert Koch, nº 60, Vila Operária, Londrina – PR, informará(ão) através de cronograma contendo os períodos, locais, bem como o prazo para execução dos seerviços.
- 2.6. **A proponente não é obrigada a apresentar proposta para todos os lotes, cotando apenas o que for de sua conveniência. Entretanto ao cotar o lote, a proponente deverá ofertar todos os itens que integram o respectivo lote.**
- 2.7. **Prazo de Vigência do Contrato:** Será de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação do extrato do contrato na Imprensa Oficial-Paraná, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos até o limite de 60 meses, nas mesmas condições se houver interesse da CONTRATANTE, devidamente justificado com anuência da CONTRATADA.

3. ESCLARECIMENTOS

- 3.1. Os pedidos de esclarecimentos poderão ser recebidos até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da proposta, por qualquer pessoa física ou jurídica, devendo estar devidamente assinada, com identificação do signatário.
- 3.2. Os pedidos de esclarecimentos serão recebidos no endereço eletrônico (protogenes.pregoeiro@gmail.com) ou postados no endereço abaixo descrito.

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - (PROAF)
DIRETORIA DE MATERIAL (DM) – PROCESSO 3071/2020
PREGÃO ELETRÔNICO – EDITAL Nº 14/2020--PROAF/DM
MANUTENÇÃO DE UNIDADES EXTINTORAS DE INCÊNDIO E MANGUEIRAS TIPO 2

Número da Licitação no Banco do Brasil 818799

- 3.2.1. Universidade Estadual de Londrina, Pró-Reitoria de Administração e Finanças – Diretoria de Material – PROAF/DM, Campus Universitário, localizado à Rodovia Celso Garcia Cid, KM 380 – PR 445, na cidade de Londrina – Paraná, CEP 86057-970, aos cuidados do Pregoeiro (**PROTOGENES AFONSO SANTOS**) com o número do Edital.
- 3.2.2. A documentação enviada, via correio, deverá ser postada em envelope fechado em tempo hábil para recebimento na **PROAF/DM**, conforme indicado no **subitem 3.1** acima.
- 3.3. Os pedidos de esclarecimentos serão analisados e respondidos em 2 (dois) dias úteis, pelo Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis na elaboração do edital e dos anexos, contados do pedido efetuado.
- 3.4. Os pedidos de esclarecimentos serão analisados pelo Pregoeiro e serão respondidos em 02 (dois) dias úteis auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, contados da interposição.
- 3.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

4. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

- 4.1. Ficará impedida de impugnar os termos do Edital de licitação a proponente que não o fizer até o 3º (terceiro) dia útil que anteceder a data de abertura de propostas.
- 4.2. A impugnação deverá ser enviada eletronicamente (protogenes.pregoeiro@gmail.com) ou postada no endereço constante do subitem 3.2.1, devendo estar devidamente assinada, com identificação do signatário, pelo representante legal da empresa proponente.
- 4.2.1. A documentação enviada, via correio, deverá ser postada em envelope fechado em tempo hábil para recebimento na **PROAF/DM**, conforme indicado no subitem 4.1 acima.
- 4.3. A decisão sobre a impugnação será divulgada à empresa através do sistema eletrônico (licitacoes-e.com.br) e, caso procedente a impugnação, será retificado o Edital, alterando-se os prazos previamente estabelecidos.
- 4.4. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas fora do prazo legal e/ou assinadas por representante não habilitado(a) legalmente ou não identificado(a) no sistema para responder pela proponente.

5. QUALIFICAÇÃO DAS ME(s) e EPP(s) (quando for o caso).

- 5.1. Nos termos da Lei Complementar n.º 123/2006, Art. 47, e seguintes, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar n.º 147/2014 e Decreto Estadual n.º 2.474/2015 e suas alterações, a presente licitação destina-se à participação exclusiva de ME/EPP no âmbito nacional. (quando for o caso).
- 5.2. Consideram-se ME/EPP aptas à participação no certame aquelas que preenchem os requisitos do Art. 3º, da Lei Complementar n.º 123/2006 e que não se enquadrem em

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - (PROAF)
DIRETORIA DE MATERIAL (DM) – PROCESSO 3071/2020
PREGÃO ELETRÔNICO – EDITAL Nº 14/2020--PROAF/DM
MANUTENÇÃO DE UNIDADES EXTINTORAS DE INCÊNDIO E MANGUEIRAS TIPO 2

Número da Licitação no Banco do Brasil 818799

nenhuma das situações descritas no parágrafo 4º do referido artigo.

- 5.3. Para fins de comprovação da condição de ME/EPP, assim definidas, aquelas que se enquadram na classificação descrita no Art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, deverá ser apresentado um dos documentos a seguir descritos:
- a) Declaração de que se enquadram nesta categoria jurídica empresarial, nos termos do Art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar n.º 147/2014 e 155/2016, conforme modelo - ANEXO III do Edital; ou
 - a₁) A verificação posterior de que, nos termos da lei, a declarante não se enquadra como ME/EPP, caracterizará crime de fraude à licitação, conforme previsto no Art. 90, da Lei Federal n.º 8.666/1993 e, ainda, implicará na aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade, garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.
 - b) Licitantes optantes pelo Sistema Simples Nacional de Tributação (ME/EPP), regido pela Lei Complementar n.º 123/2006: encaminhar comprovante de opção pelo Simples obtido através do Portal do Simples Nacional no site da Receita Federal do Brasil (RFB);
 - c) Licitantes não optantes pelo Sistema Simples de Tributação (ME/EPP), regido pela Lei Complementar n.º 123/2006, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar n.º 147/2014: encaminhar Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado sede da pessoa jurídica, que comprove sua categoria jurídica empresarial.
 - d) O documento apresentado em atendimento às alíneas “b” ou “c”, deverá ter sua emissão com antecedência máxima de 90 (noventa) dias anteriores à abertura desta licitação.

6. **CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO ME/EPP – (quando for o caso), sem prejuízo de participação na ampla disputa.**

- 6.1. Poderão participar da presente licitação – **EXCLUSIVAMENTE** as ME(s)/EPP(s) **sediadas no âmbito nacional**, do ramo pertinente ao seu objeto, desde que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos neste Edital para execução de seu objeto.
- 6.2. **É vedada a participação, direta ou indireta, nesta licitação de:**
- a) pessoas físicas, servidores ou dirigentes da UEL;
 - b) interessados que se enquadrem nas vedações previstas no Art. 16, da Lei Estadual n.º 15.608/2007, bem como no Decreto Estadual n.º 2485/2019;
 - c) empresas em regime de subcontratação, ou ainda, em consórcio;
 - d) empresas que possuam restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;
 - e) empresas que estiverem sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação recuperação judicial ou extrajudicial;
 - f) empresas que estejam temporariamente suspensas para participar de licitação e de contratar com a UEL conforme Lei Federal n.º 8.666/1993, Art. 87, inciso III;
 - g) empresas impedidas de licitar e contratar com a UEL, conforme Art. 7º, da Lei Federal n.º

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - (PROAF)
DIRETORIA DE MATERIAL (DM) – PROCESSO 3071/2020
PREGÃO ELETRÔNICO – EDITAL Nº 14/2020--PROAF/DM
MANUTENÇÃO DE UNIDADES EXTINTORAS DE INCÊNDIO E MANGUEIRAS TIPO 2

Número da Licitação no Banco do Brasil 818799

10.520/2002;

- h) empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, a partir da publicação do ato na Imprensa Oficial, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
 - i) empresas que estejam em situação irregular perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, bem como em relação ao INSS, FGTS e Justiça do Trabalho.
- 6.3. Estendem-se os efeitos das penalidades de suspensão e da declaração de inidoneidade:
- a) às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;
 - b) às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no item anterior;
 - c) demais agentes públicos impedidos de contratar com a Administração Pública por vedação legal.

7. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO: AMPLA DISPUTA

- 7.1. Poderão participar do(a) **LOTE**/LICITAÇÃO, todas as interessadas do ramo de atividade que preencham as condições exigidas neste Edital.
- 7.2. Estarão impedidas de participar de qualquer fase do processo, as proponentes que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:
 - a) Empresas declaradas inidôneas para licitar junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta no âmbito Federal, Estadual e Municipal, sob pena de incidir em crime previsto no parágrafo único do art. 97 da Lei Federal nº 8.666/93;
 - b) Empresas que estejam sob falência, recuperação judicial, concordata, dissolução ou liquidação;
 - c) Empresas que estejam constituídas sob a forma de consórcio;
 - d) Empresas que tenha(m) como sócio(s) servidor(es) ou dirigente(s) de qualquer esfera governamental da Administração Estadual;
 - e) Empresas que estejam em situação irregular perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, bem como em relação ao INSS, FGTS e Justiça do Trabalho, **exceto** para proponentes que estiverem participando na qualidade de ME/EPP, hipótese em que se aplica o disposto no item 4 do **ANEXO V** deste Edital.

8. DO CREDENCIAMENTO DAS PROPONENTES JUNTO AO BANCO DO BRASIL

- 8.1. Para acesso ao sistema eletrônico, as interessadas em participar do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas junto às Agências do Banco do Brasil S/A.
- 8.2. As pessoas jurídicas ou firmas individuais deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - (PROAF)
DIRETORIA DE MATERIAL (DM) – PROCESSO 3071/2020
PREGÃO ELETRÔNICO – EDITAL Nº 14/2020--PROAF/DM
MANUTENÇÃO DE UNIDADES EXTINTORAS DE INCÊNDIO E MANGUEIRAS TIPO 2

Número da Licitação no Banco do Brasil 818799

reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site <https://www.licitacoes-e.com.br>.

- 8.3. Em sendo sócio(a) proprietário(a), dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar, para credenciamento, cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.
- 8.4. A chave de identificação e a senha terão validade de 1 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer Pregão Eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado, por iniciativa do Banco, ou da Universidade Estadual de Londrina, devidamente justificada.
- 8.5. É de exclusiva responsabilidade do(a) usuário(a) o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu(sua) representante, não cabendo à Universidade Estadual de Londrina a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 8.6. O credenciamento da proponente e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.
- 8.7. As ME(S) ou EPP(S), enquadradas na forma da Lei Complementar nº 123/2006 **com as alterações introduzidas pelas LCs Nº 147/2014 e 155/2016**, deverão cadastrar-se indicando ao Banco do Brasil S/A tal condição.
- 8.8. A não-indicação de sua condição de ME ou EPP inviabilizará a aplicação dos dispositivos que contemplam o tratamento diferenciado e mais benéfico a tais empresas neste certame, e acarretará a disputa em igualdade de condições às demais participantes.
- 8.9. Quando do cadastramento da proposta no site do Banco do Brasil, a proponente deverá estar ciente que o CNPJ cadastrado para participação deverá ser o mesmo constante da proposta e demais documentos de habilitação e, no caso de adjudicação, o contrato deverá ser firmado com este mesmo CNPJ.

9. DO PROCEDIMENTO DO PREGÃO – ENVIO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS

- 9.1. As proponentes deverão registrar/inserir suas propostas iniciais dentro do sistema, durante o período definido neste edital como **“Início do Recebimento das Propostas”**. Ao enviar sua proposta, a proponente deverá confirmar em campo específico do sistema que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no presente Edital.
 - 9.1.1. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
 - 9.1.2. Não será estabelecida, nessa etapa, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de julgamento da proposta e negociação.
 - 9.1.3. A(s) ME(s) ou EPP(s), deverá(ão), no momento da inserção de sua proposta, identificar-se como tal.
- 9.2. O sistema de Pregão Eletrônico garante sigilo total das propostas apresentadas, nem o pregoeiro tem acesso ao conteúdo das mesmas antes da data e horário estabelecidos neste edital como **“Abertura das Propostas”**. A inclusão das propostas poderá ser feita a

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - (PROAF)
DIRETORIA DE MATERIAL (DM) – PROCESSO 3071/2020
PREGÃO ELETRÔNICO – EDITAL Nº 14/2020--PROAF/DM
MANUTENÇÃO DE UNIDADES EXTINTORAS DE INCÊNDIO E MANGUEIRAS TIPO 2

Número da Licitação no Banco do Brasil 818799

partir da data estabelecida neste edital como “Início do Recebimento das Propostas” até antes do horário de abertura das propostas.

- 9.3. As licitantes deverão registrar sua proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço e, se for o caso, o respectivo anexo, até a data e hora marcada para abertura da proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando então encerrar-se-á automaticamente, a fase de recebimento de propostas.
- 9.4. Para cada lote que desejar participar (**quando for o caso**) é obrigatório preencher no sistema o campo “valor total do lote”, observadas as seguintes condições:
- a) O preço total do (s) LOTE (S) cotado. O preço deverá estar expresso em moeda corrente nacional, conter no máximo 02 (duas) casas decimais, inclusos os impostos, fretes, taxas e todas as demais despesas necessárias para a prestação dos serviços no Hospital Universitário – HU, localizado à Av. Robert Koch nº 60, Vila Operária e/ou Campus Universitário da Universidade Estadual de Londrina, localizado a Rodovia Celso Garcia Cid, PR 445, km 380, e outros locais informados conforme subitem 2.5 do edital, na cidade de Londrina – Paraná;
 - b) Especificação do objeto, conforme modelo constante do **ANEXO I**;
- 9.5. As proponentes deverão descrever detalhadamente seu serviço, constando todos os dados técnicos, no campo “Informações Adicionais” do Formulário Eletrônico de Proposta – tal formulário é disponibilizado para os proponentes quando efetuam o “acesso identificado” no site: www.licitacoes-e.com.br.
- 9.5.1. Quando o espaço disponível no campo “Observações/**Informações Adicionais**”, não for suficiente para a especificação das características do(s) serviço(s) ofertado(s), a licitante poderá ratificar e/ou complementar as informações através do envio eletrônico de arquivos em **formato texto/word** utilizando-se da opção “Anexos da Proposta”. Os dados não informados serão considerados como não atendidos.
- 9.5.1.1. **Quando o arquivo a ser anexado exceder o limite de 1Mb, a licitante deverá fracionar em quantas partes forem necessárias, cada parte com o máximo de 1Mb.**
- 9.5.1.2. **Fica vedado à licitante qualquer tipo de identificação quando do registro de sua proposta de preços, planilha ou outros Anexos exigidos neste edital, sob pena de desclassificação do certame pelo Pregoeiro.**
- 9.5.2. Poderá ser desclassificada a proposta que seja omissa, vaga ou que apresente irregularidades capazes de dificultar o julgamento.
- 9.6. Os prazos de validade das propostas, da garantia (quando for o caso), a forma e as condições de pagamento estão dispostas no item 2 deste Edital e independem de manifestação das proponentes.
- 9.7. As propostas que apresentarem informações quanto aos locais de retirada/entrega, condições de pagamento, validade da proposta, da garantia e validade do teste hidrostático ou quaisquer outras informações diversas do estabelecido neste edital, serão

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - (PROAF)
DIRETORIA DE MATERIAL (DM) – PROCESSO 3071/2020
PREGÃO ELETRÔNICO – EDITAL Nº 14/2020--PROAF/DM
MANUTENÇÃO DE UNIDADES EXTINTORAS DE INCÊNDIO E MANGUEIRAS TIPO 2

Número da Licitação no Banco do Brasil 818799

desclassificadas a critério do Pregoeiro, caso as condições sejam desfavoráveis à Instituição. Em relação ao prazo de validade da proposta, a impropriedade poderá ser sanada pelo representante da proponente devidamente credenciado.

- 9.8. Após registrar a sua proposta, a licitante deverá anexar todos os documentos de habilitação definidos no ANEXO V do edital, acessando:

Menu opções do lote e clicar na opção: “Incluir Anexo Lote”

- 9.9. Até a abertura da proposta, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.
- 9.10. A licitante poderá encaminhar no “sistema eletrônico”, caso julgue necessário, arquivo anexado através da opção “documento” em arquivo no formato “word” em zip-file (*.ZIP), quando do envio da proposta de preços.
- 9.11. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, emissão ou qualquer outro pretexto.
- 9.12. As licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos, quando participarem de licitações públicas do estado do Paraná.
- 9.13. Os critérios para classificação/desclassificação de propostas encontram-se explicitados no **item 11** e seus subitens, deste Edital.

10. DA SESSÃO DO PROCEDIMENTO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS E CLASSIFICAÇÃO/DESCCLASSIFICAÇÃO

- 10.1. A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta a proposta pelo Pregoeiro, com a utilização de sua chave de acesso e senha.
- 10.2. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas para cada lote, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.
- 10.3. Os critérios para classificação/desclassificação de propostas encontram-se explicitados no **item 11** e seus subitens, deste Edital.
- 10.4. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 10.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 10.6. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas para o lote, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

11. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

- 11.1. Para julgamento será adotado o critério de MENOR PREÇO DO LOTE, observadas as especificações técnicas, valor máximo unitário e do/por lote, definidos no **ANEXO I** do Edital, bem como as condições exigidas no item 9 do presente Edital.

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - (PROAF)
DIRETORIA DE MATERIAL (DM) – PROCESSO 3071/2020
PREGÃO ELETRÔNICO – EDITAL Nº 14/2020--PROAF/DM
MANUTENÇÃO DE UNIDADES EXTINTORAS DE INCÊNDIO E MANGUEIRAS TIPO 2

Número da Licitação no Banco do Brasil 818799

- 11.2. O(A) Pregoeiro(a) poderá requerer à licitante declarada vencedora (**quando for o caso**), quando julgar necessário, amostra do produto/equipamento para avaliação e/ou teste, devendo a proponente providenciar o envio na quantidade e no prazo estabelecidos pelo Pregoeiro(a).
- 11.2.1. Caso não seja efetuado o envio previsto no item anterior, a proponente ficará sujeita à desclassificação de sua proposta ou lote, bem como a outras sanções administrativas cabíveis.
- 11.2.2. A obrigação de envio de amostra(s), quando solicitada(s) pelo(a) Pregoeiro(a), estende-se às demais proponentes, na ordem de classificação, na medida em que ocorrer a desclassificação ou inabilitação da(s) proponente(s) mais bem classificada(s), sendo que o não envio das amostras implicará nas mesmas penalidades previstas no subitem anterior.
- 11.3. A análise técnica do produto/equipamento(s) anteriormente reprovado(s) somente ocorrerá caso a proponente comprove ter havido modificações na fabricação do(s) produto(s)/equipamento(s), que possam ter sanado os problemas detectados.
- 11.4. Quando for o caso, as quantidades remanescentes das amostras analisadas serão mantidas para comparação futura com o produto/equipamento entregue.
- 11.5. Serão desclassificadas(os):
- a) as propostas e/ou lotes cujas condições e especificações estejam em desacordo com as disposições do edital;
 - b) as propostas e/ou lotes de interpretação dúbia;
 - c) as propostas condicionadas a faturamento mínimo;
 - d) os lotes que, ao final da etapa de lances, apresentarem preços acima do valor máximo estipulado pela Administração no ANEXO I, conforme disposto no subitem 1.3;
 - e) os lotes que apresentarem preços com 3 (três) ou mais dígitos após a vírgula;
 - f) os lotes com preços excessivos ou inexequíveis;
 - g) a proposta que não for enviada/inserida com a reformulação decorrente da Sessão Pública de Lances;
 - h) o(s) lote(s) com o(s) item(ns) cujo(s) produto(s) tenha(m) sido reprovado(s) em análise ou uso anterior pela UEL, mediante parecer circunstanciado;
 - i) quando solicitada amostra, os lotes cujos produtos tenham sido reprovados em análise pela UEL, mediante parecer circunstanciado, conforme subitem 11.3., ou que a amostra não tenha sido enviada no prazo estabelecido pelo Pregoeiro.
- 11.5.1. Considera-se preço manifestamente inexequível aquele que, comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos decorrentes da contratação.
- 11.5.2. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso de necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada, pelo(a) Pregoeiro(a), diligência e adotados, entre outros, um ou mais dos seguintes procedimentos:

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - (PROAF)
DIRETORIA DE MATERIAL (DM) – PROCESSO 3071/2020
PREGÃO ELETRÔNICO – EDITAL Nº 14/2020--PROAF/DM
MANUTENÇÃO DE UNIDADES EXTINTORAS DE INCÊNDIO E MANGUEIRAS TIPO 2

Número da Licitação no Banco do Brasil 818799

- a) questionamento junto à proponente para a apresentação de justificativas, planilhas de composição de preços e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecutabilidade;
- b) pesquisa em órgãos públicos ou empresas privadas para verificação de contratações da mesma natureza;
- c) verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;
- d) demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

12. DA FORMULAÇÃO DE LANCES – MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO

- 12.1. Após a fase de “Classificação das Propostas”, o Pregoeiro dará sequência ao processo de Pregão, passando para a fase da “**Sessão Pública de Lances**”, da qual só poderão participar as proponentes que tiveram suas propostas classificadas na fase anterior.
- 12.2. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e as licitantes.
- 12.3. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do seu recebimento e do valor consignado no registro.
 - 12.3.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do lote.
- 12.4. A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.
- 12.5. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto e fechado**”, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 12.6. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 12.7. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
 - 12.7.1. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas neste subitem, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de 03 (três), oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 12.8. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.
 - 12.8.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos subitens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que as demais licitantes, até o máximo de 03 (três), na ordem de classificação,

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - (PROAF)
DIRETORIA DE MATERIAL (DM) – PROCESSO 3071/2020
PREGÃO ELETRÔNICO – EDITAL Nº 14/2020--PROAF/DM
MANUTENÇÃO DE UNIDADES EXTINTORAS DE INCÊNDIO E MANGUEIRAS TIPO 2

Número da Licitação no Banco do Brasil 818799

possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

- 12.9. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhuma licitante classificada na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.
- 12.10. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 12.11. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 12.12. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.
- 12.13. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.
- 12.14. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

13. CRITÉRIO DE DESEMPATE

- 13.1. Após a etapa de envio de lances haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da LC nº 123/2006 e § 2º do art. 5º do Decreto Estadual nº 2.474/2015, seguido da aplicação do critério estabelecido no § 2º do art. 3º da Lei 8666/93, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.
 - 13.1.1. Embora, no pregão eletrônico, não possa haver dois ou mais lances contendo preços iguais, será considerado 'empate' quando, ao final da etapa de lances, a proponente que estiver competindo na condição de **ME ou EPP** tenha apresentado seu último lance com valor até 5% (cinco por cento) acima do lance mais bem classificado de uma empresa não enquadrada, hipótese em que serão utilizados os seguintes critérios e procedimentos:
 - a) a **ME ou EPP** que tenha apresentado o lance com menor preço será convocada pelo sistema para que apresente, caso queira, lance inferior ao mais bem classificado, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos;
 - b) uma vez que a **ME ou EPP** apresente lance de valor inferior, será classificada em primeiro lugar e declarada arrematante;
 - c) haverá a preclusão do direito caso a **ME ou EPP** não apresente lance de valor inferior no prazo estabelecido na alínea "a", ou tenha se desconectado do sistema;
 - d) ocorrendo qualquer das hipóteses previstas na alínea anterior, será convocada a **ME ou EPP** que tenha apresentado lance com o segundo menor preço e assim por diante, até o limite estabelecido no subitem 13.1.1;

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - (PROAF)
DIRETORIA DE MATERIAL (DM) – PROCESSO 3071/2020
PREGÃO ELETRÔNICO – EDITAL Nº 14/2020--PROAF/DM
MANUTENÇÃO DE UNIDADES EXTINTORAS DE INCÊNDIO E MANGUEIRAS TIPO 2

Número da Licitação no Banco do Brasil 818799

- e) não havendo redução de preço, será declarada arrematante a proposta que originalmente se encontrava em 1º (primeiro) lugar.
- 13.1.2. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas **MEs e EPPs** que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 13.2. **(Não se aplica nesta licitação)** Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.
- 13.3. **(Não se aplica nesta licitação)** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:
- 13.3.1. no país;
- 13.3.2. por empresas brasileiras;
- 13.3.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 13.3.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 13.4. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 13.5. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 13.5.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 13.5.1.1. A negociação será efetuada em campo próprio do sistema, acessando a sequência “Relatório de Disputa” para o/cada lote disputado e “contraproposta” (negociação).
- 13.5.2. O pregoeiro solicitará à licitante melhor classificada que, no prazo de até 04 (quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, com o detalhamento previsto nas alíneas do **subitem 9.4**, constando o(s) valor(es) da proposta final, limitados a 02 (duas) casas após a vírgula, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 13.6. A não apresentação da proposta reformulada no prazo estabelecido no subitem anterior ocasionará a desclassificação da proposta ou lote da proponente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis à proponente desclassificada.

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - (PROAF)
DIRETORIA DE MATERIAL (DM) – PROCESSO 3071/2020
PREGÃO ELETRÔNICO – EDITAL Nº 14/2020--PROAF/DM
MANUTENÇÃO DE UNIDADES EXTINTORAS DE INCÊNDIO E MANGUEIRAS TIPO 2

Número da Licitação no Banco do Brasil 818799

- 13.7. A arrematante que não mantiver a proposta decorrente da sessão pública de lances, em especial aquela que pedir sua desclassificação, estará sujeita à multa e suspensão temporária de participar em licitações nos termos dos artigos 152, inciso I e 154, inciso II da Lei Estadual Nº 15.608/2007.
- 13.8. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 13.9. **(Não se aplica nesta licitação)** Para a aquisição de bens comuns de informática e automação, definidos no art. 16-A da Lei nº 8.248, de 1991, será assegurado o direito de preferência previsto no seu artigo 3º, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.
- 13.9.1. Nas contratações de bens e serviços de informática e automação, nos termos da Lei nº 8.248, de 1991, as licitantes qualificadas como microempresas (ME) ou empresas de pequeno (EPP) porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.
- 13.9.2. Quando aplicada a margem de preferência a que se refere o Decreto nº 7.546, de 2 de agosto de 2011, não se aplicará o desempate previsto no Decreto nº 7.174, de 2010.
- 13.10. **(Não se aplica nesta licitação)** Para produtos abrangidos por margem de preferência, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto manufaturado nacional, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos manufaturados nacionais que estão enquadradas dentro da referida margem, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.
- 13.10.1. Nesta situação, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

14. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- 14.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.
- 14.2. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 14.3. O Pregoeiro poderá convocar a licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de até 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
- 14.3.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada da licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - (PROAF)
DIRETORIA DE MATERIAL (DM) – PROCESSO 3071/2020
PREGÃO ELETRÔNICO – EDITAL Nº 14/2020--PROAF/DM
MANUTENÇÃO DE UNIDADES EXTINTORAS DE INCÊNDIO E MANGUEIRAS TIPO 2

Número da Licitação no Banco do Brasil 818799

- 14.4. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas (**quando for o caso**), sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que a licitante classificada em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local e prazo a ser indicado.
- 14.4.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras (**quando for o caso**), cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo as demais licitantes.
- 14.4.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 14.4.3. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta da licitante será recusada.
- 14.4.4. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pela primeira classificada não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pela segunda classificada. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no ANEXO I.
- 14.4.5. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.
- 14.4.6. As licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.
- 14.5. Caso a proposta classificada em primeiro lugar tenha se beneficiado da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro solicitará à licitante que envie imediatamente, por meio eletrônico, com posterior encaminhamento, por via postal, o documento comprobatório da caracterização do produto manufaturado nacional, nos termos da(s) legislação(ões) vigente(s).
- 14.6. A licitante que não apresentar o documento comprobatório, **ou** cujo produto não atender aos regulamentos técnicos pertinentes e normas técnicas brasileiras aplicáveis, não poderá usufruir da aplicação da margem de preferência, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
- 14.6.1. Nessa hipótese, bem como em caso de inabilitação do licitante, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.
- 14.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 14.8. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - (PROAF)
DIRETORIA DE MATERIAL (DM) – PROCESSO 3071/2020
PREGÃO ELETRÔNICO – EDITAL Nº 14/2020--PROAF/DM
MANUTENÇÃO DE UNIDADES EXTINTORAS DE INCÊNDIO E MANGUEIRAS TIPO 2

Número da Licitação no Banco do Brasil 818799

- 14.9. Nos itens/lote(s) não exclusivos para a participação de **ME e EPP**, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 14.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação da licitante, observado o disposto neste Edital.

15. DA DOCUMENTAÇÃO

- 15.1. Após registrar sua proposta, a proponente que se declarou no sistema eletrônico como **ME** ou **EPP** deverá, obrigatoriamente, inserir/colocar o documento comprobatório de tal enquadramento, juntamente com os demais documentos listados no **ANEXO V**, sob pena de incorrer em inabilitação e nas sanções previstas em Lei.

- Menu opções do lote clicando na opção “Incluir Anexo Lote”.

- 15.1.1. Se a proponente **ME ou EPP** tiver alguma restrição nos documentos de regularidade fiscal e trabalhista, previstos nas alíneas “c” a “h” do ANEXO V, deverá, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora, realizar a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeitos de certidão negativa, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Estadual 15.608/2007.
- 15.1.2. Em apresentando os documentos devidamente regularizados no prazo previsto no item anterior, a **ME** ou **EPP** será considerada habilitada.
- 15.1.3. Ultrapassado o prazo previsto no **subitem 15.1.1**, a proponente decairá do direito à contratação e estará sujeita às penalidades administrativas cabíveis.
- 15.2. Para agilizar o trabalho do Pregoeiro a(s) empresa(s) classificada(s) no certame deverá(ão) se credenciar no GMS/CFPR (Gestão de Materiais, Obras e Serviços/Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná), documento necessário para assinatura do Contrato Administrativo, em conformidade com o Decreto Estadual nº 9762/13, com as alterações do Decreto nº 1352/2015.
- 15.2.1. Todos os procedimentos relacionados ao Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná – CFPR estão disponíveis no endereço eletrônico
http://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-09/tutorialgmsfornecedor.pdf

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - (PROAF)
DIRETORIA DE MATERIAL (DM) – PROCESSO 3071/2020
PREGÃO ELETRÔNICO – EDITAL Nº 14/2020--PROAF/DM
MANUTENÇÃO DE UNIDADES EXTINTORAS DE INCÊNDIO E MANGUEIRAS TIPO 2

Número da Licitação no Banco do Brasil 818799

16. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

- 16.1. A proposta final da licitante declarada vencedora deverá ser encaminhada/inserida no prazo máximo de **até 04 (quatro) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:
 - 16.1.1. Ser redigida em língua portuguesa datilografada ou digitada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pela licitante ou seu representante legal.
 - 16.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência da licitante vencedora, para fins de pagamento, conforme disposto no **item 21 – DO PAGAMENTO**.
- 16.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato, na hipótese de eventual sanção à Contratada se for o caso
 - 16.2.1. Todas as especificações do objeto contida(s) na(s) proposta(s), **(quando for o caso)** tais como marca, modelo, referência, tipo, fabricante, procedência vinculam a contratada.
- 16.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismo e o valor total em algarismos e por extenso.
 - 16.3.1. Ocorrendo divergência entre o(s) preço(s) unitário(s) e o preço total, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 16.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 16.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outra licitante.
- 16.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

17. DOS RECURSOS

- 17.1. Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado(a) legalmente ou não identificado(a) no sistema para responder pela proponente.
- 17.2. Habilitada e declarada a vencedora, a situação do lote passará para “DECLARADA VENCEDORA”, ocasião em que o sistema abre a opção “acolhimento de recurso” a qualquer das licitantes que tenham encaminhado proposta inicial (inclusive a proponente que teve sua proposta desclassificada anteriormente à sessão pública de lances) para que possam manifestar sua intenção de recurso motivadamente, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, no prazo máximo de 20 (vinte) minutos.

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - (PROAF)
DIRETORIA DE MATERIAL (DM) – PROCESSO 3071/2020
PREGÃO ELETRÔNICO – EDITAL Nº 14/2020--PROAF/DM
MANUTENÇÃO DE UNIDADES EXTINTORAS DE INCÊNDIO E MANGUEIRAS TIPO 2

Número da Licitação no Banco do Brasil 818799

- 17.3. A falta de manifestação imediata e motivada, durante o prazo mencionado no item anterior, importará na preclusão do direito de recurso.
- 17.4. Ocorrendo a manifestação da intenção de interpor recurso, em campo próprio do sistema, cabe ao(à) Pregoeiro(a), ainda durante a Sessão, negar-lhe provimento, se não tiver a devida e pertinente motivação, o que será registrado no sistema.
- 17.5. Havendo a aceitação do recurso, pelo Pregoeiro, a proponente deverá encaminhar o memorial escrito do recurso, devidamente assinado pelo representante legal da proponente ou por seu procurador (em ambas as hipóteses a condição deverá estar comprovada por documento próprio - exceto se referidos documentos já tiverem sido juntados no certame), por meio eletrônico (e-mail), postados ou entregue no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, à PROAF/DM, Campus Universitário, no endereço constante do **subitem 3.2.1** deste Edital, em nome do(a) Pregoeiro(a) condutor(a) da sessão pública.
- 17.5.1. Somente serão aceitos para análise os memoriais de recurso subscritos por representante habilitado e que forem enviados eletronicamente (e-mail - **preferencialmente**), devidamente postados ou entregues à Pró-Reitoria de Administração e Finanças/Diretoria de Material - **PROAF/DM** do Campus Universitário, até às 18h00 do 3º (terceiro) dia útil subsequente à sessão pública, sendo que a inobservância deste prazo acarretará a intempestividade do recurso.
- a) **Em razão da Pandemia de COVID-19**, o envelope contendo o recurso deverá ser enviado **EXCLUSIVAMENTE PELO CORREIO**, endereçado à **Pró-Reitoria de Administração e Finanças - Diretoria de Material – PROAF/DM**, situada à Rodovia Celso Garcia Cid, PR 445, km 380, Caixa Postal 10.011 – CEP 86057-970 – Londrina – PR.
- 17.5.2. Com o recebimento do recurso, as demais proponentes ficarão desde logo intimadas a apresentar pelo sistema eletrônico suas contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente.
- 17.6. A decisão dos recursos interpostos será comunicada às proponentes através do sistema eletrônico (site: www.licitacoes-e.com.br) e ao recorrente.
- 17.7. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.
- 17.8. Na ausência de recurso, caberá ao pregoeiro adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

18. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 18.1. A sessão pública **poderá** ser reaberta.
- 18.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 18.1.2. Quando houver erro na aceitação de preço melhor classificado ou quando a licitante declarada vencedora não assinar o contrato, não retirar o

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - (PROAF)
DIRETORIA DE MATERIAL (DM) – PROCESSO 3071/2020
PREGÃO ELETRÔNICO – EDITAL Nº 14/2020--PROAF/DM
MANUTENÇÃO DE UNIDADES EXTINTORAS DE INCÊNDIO E MANGUEIRAS TIPO 2

Número da Licitação no Banco do Brasil 818799

instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos da LC 123/2006.

18.2. Todas as licitantes remanescentes deverão ser convocadas para acompanhar a sessão reaberta.

18.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, ainda fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

18.2.2. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados/informações contidos no SICOR – Sistema Integrado Compras e Orçamento da Universidade Estadual de Londrina e/ou GMS – Gestão de Materiais e Serviços – SEAP/DEAM do Estado do Paraná, sendo responsabilidade da licitante, manter seus dados cadastrais atualizados.

19. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

19.1. Uma vez homologado o resultado desta licitação, para formalização de Contrato Administrativo, a licitante adjudicada deverá observar o seguinte:

- a) a Divisão de Apoio Técnico da Diretoria Administrativa da Pró-Reitoria de Administração e Finanças – **DAT/DA/PROAF**, enviará o Contrato Administrativo à empresa, em arquivo com a extensão “PDF” (documento gerado no programa Adobe Acrobat), por meio de correspondência eletrônica (e-mail), com a solicitação de confirmação eletrônica do recebimento;
- b) a empresa deverá verificar seus dados constantes do documento, comunicando imediatamente à **DAT/DA/PROAF** caso haja necessidade de correção;
- c) estando corretos os dados constantes do documento, a empresa deverá imprimir o Contrato Administrativo em 2 (duas) vias, providenciar a(s) assinatura(s) em todas as vias e remeter, via e-mail, à **DAT/DA/PROAF** e, na sequência, postar os documentos, via SEDEX, para devolução à **DAT/DA/PROAF**, acompanhadas do **GMS/CFPR (Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná)**, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da data de recebimento do e-mail;
- d) caso a empresa seja sediada, ou possua representante na Região Metropolitana de Londrina, poderá também, **no prazo máximo de 3 (três) dias úteis**, entregar as vias assinadas nas dependências da **DAT/DA/PROAF**, acompanhadas do **GMS/CFPR (Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná)**, mediante protocolo de recebimento;
- e) o não cumprimento, pela empresa adjudicada do certame, da exigência prevista na alínea “c” resultará na decadência do direito à contratação com a convocação da 2ª (segunda) colocada e, assim sucessivamente, até que sejam cumpridas tais exigências.

19.1.1. A comunicação de que trata a alínea “b” deverá ser feita por escrito e enviada por meio de correspondência eletrônica, fac-símile ou ainda

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - (PROAF)
DIRETORIA DE MATERIAL (DM) – PROCESSO 3071/2020
PREGÃO ELETRÔNICO – EDITAL Nº 14/2020--PROAF/DM
MANUTENÇÃO DE UNIDADES EXTINTORAS DE INCÊNDIO E MANGUEIRAS TIPO 2

Número da Licitação no Banco do Brasil 818799

por protocolo do documento na própria **DAT/DA/PROAF**, Campus Universitário.

- 19.2. A Diretoria de Material da Pró-Reitoria de Administração e Finanças – **PROAF/DM**, no momento que antecede à assinatura do Contrato Administrativo e/ou emissão da Nota de Empenho, consultará a Situação Cadastral no Cadastro Informativo Estadual – **CADIN ESTADUAL**, nos termos do **Decreto Estadual N.º 1933/2015**, em especial o contido no inciso I, do artigo 7.º, disponível no endereço eletrônico: <http://www.cadin.pr.gov.br> (Consulta Pendência), para verificar registros de impedimento de contratar com órgãos e entidades da administração estadual.
- 19.2.1. Caso a licitante adjudicada (pessoa(s) física(s) e/ou jurídica(s) esteja inscrita no CADIN ficará impedida de celebrar Contrato Administrativo que envolvam o desembolso de recursos financeiros provenientes do governo estadual e não terão liberadas as Ordens de Contratação/Notas de Empenho.
- 19.3. Caso a empresa esteja em débito ou apresente alguma irregularidade cadastral junto à Secretaria de Fazenda do Estado do Paraná, o empenho não poderá ser liberado e consequentemente, o contrato não terá eficácia.
- 19.3.1. A restrição prevista neste item estende-se às empresas sediadas em outros estados da Federação, que possuam filial no Estado do Paraná, em situação irregular com a Secretaria de Fazenda do Estado do Paraná.
- 19.4. Para possibilitar a liberação da Nota de Empenho, a empresa será comunicada pela **PROAF/DM/ S R E** (Setor de Registro de Empenhos da PROAF), para que, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, proceda à regularização de suas pendências junto à Receita Estadual do Paraná.
- 19.5. Decorrido o prazo de 5 (cinco) dias e verificada pela **PROAF/DM/SRE** (Setor de Registro de Empenhos da PROAF) a continuidade da pendência, a empresa decairá do direito à contratação com a Universidade e ficará sujeita às sanções administrativas cabíveis.
- 19.6. Se a empresa não cumprir o estabelecido no **subitem 19.1**, ou não regularizar suas pendências conforme previsto no **subitem 19.4**, assistirá à Universidade o direito de a seu exclusivo critério, convocar as proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para após comprovados os requisitos habilitadores e feita a negociação, adjudicar o objeto, ou revogar a licitação.
- 19.7. É possível a alteração subjetiva do contrato administrativo, decorrente de fusão, cisão ou incorporação da empresa contratada, desde que não traga qualquer prejuízo à execução do objeto contratado e observado o interesse público.
- 19.7.1. A alteração subjetiva é admissível, desde que:
- a) Sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
 - b) Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato;

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - (PROAF)
DIRETORIA DE MATERIAL (DM) – PROCESSO 3071/2020
PREGÃO ELETRÔNICO – EDITAL Nº 14/2020--PROAF/DM
MANUTENÇÃO DE UNIDADES EXTINTORAS DE INCÊNDIO E MANGUEIRAS TIPO 2

Número da Licitação no Banco do Brasil 818799

- c) haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

20. DA FORMA DE EXECUÇÃO

- 20.1. A Diretoria de Material da PROAF/Campus e/ou a Divisão de Material do HU formalizará os pedidos de retirada e devolução das unidades extintoras e/ou mangueiras tipo 2, mediante emissão de Nota de Empenho/Ordem de Contratação.
- 20.1.1. A CONTRADA ficará obrigada a atender todas as Notas de Empenho emitidas durante a vigência do Contrato Administrativo, mesmo se a execução dos serviços dela decorrente for prevista para data posterior ao seu vencimento.
- 20.2. À Diretoria de Material da PROAF/Campus e/ou à Divisão de Material do HU reserva-se o direito de enviar a Nota de Empenho à EMPRESA por e-mail (**preferencialmente**), por correio, fac-símile ou portador.
- 20.3. A CONTRATADA somente poderá providenciar a retirada das unidades extintoras e/ou mangueiras após receber a Nota de Empenho.
- 20.3.1. A recarga dos extintores de incêndio deverá atender a Norma Brasileira – **NBR 12962/2016** (Inspeção, Manutenção e Recarga em Extintores de Incêndio), da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT; Regulamento Técnico da Qualidade para os Serviços de Inspeção Técnica e Manutenção de Extintores de Incêndio, instituído pela **Portaria nº 005** de 04 de janeiro de 2011 do INMETRO; **Portaria INMETRO/MDIC número 206 de 16/05/2011** Aprovação da revisão dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Inspeção Técnica e Manutenção de Extintores de Incêndio. **Portaria INMETRO/MDIC número 412 de 24/10/2011**, Retificações parciais no Regulamento Técnico da Qualidade para os Serviços de Inspeção Técnica e Manutenção de Extintores de Incêndio, aprovado pela Portaria INMETRO Nº 5, publicada no Diário Oficial da União de 05 de janeiro de 2011. **Portaria INMETRO/MDIC número 300 de 14/06/2012**, Retificações parciais nos Serviços de Inspeção Técnica e Manutenção de Extintores de Incêndio, no Regulamento Técnico da Qualidade, PORTARIA Nº 5/2011 e 412/2011 e nos Requisitos de Avaliação da Conformidade, PORTARIA Nº 206/2011. **Portaria INMETRO/MDIC número 500 de 29/12/2011**, Retificações parciais nos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Extintores de Incêndio, aprovados pela Portaria INMETRO Nº 486 de 2010.
- 20.3.2. As unidades extintoras ou mangueiras tipo 2 deverão ser entregues/instaladas acompanhadas de nota fiscal, dela constando o valor unitário e total, número da nota de empenho, quantidades, descrição completa dos serviços executados, garantia, validade do teste hidrostáticos, inclusive quando se tratar de nota fiscal eletrônica.
- 20.4. A CONTRATADA deverá efetuar a entrega da(s) unidades(s) extintora(s) ou mangueira(s) nas unidades solicitantes (**endereço constante da nota de empenho**) ou conforme cronograma fornecido pela UEL/CONTRATANTE e com a apresentação do **relatório técnico** de conformidade dos serviços efetuados com identificação das respectivas unidades da UEL, devidamente assinados pelo responsável técnico da CONTRATADA.

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - (PROAF)
DIRETORIA DE MATERIAL (DM) – PROCESSO 3071/2020
PREGÃO ELETRÔNICO – EDITAL Nº 14/2020--PROAF/DM
MANUTENÇÃO DE UNIDADES EXTINTORAS DE INCÊNDIO E MANGUEIRAS TIPO 2

Número da Licitação no Banco do Brasil 818799

20.4.1. Todos os serviços e fornecimento de materiais à CONTRATANTE, para a efetivação do pagamento de notas fiscais, deverão ser acompanhados de relatórios técnicos individualizados por Unidade atendida, contendo, no mínimo:

- a) Data do ensaio e identificação do responsável técnico;
- b) Identificação do recipiente (número de série e carga do agente extintor);
- c) Identificação da mangueira (local);
- d) Logotipo da empresa e ano de fabricação do recipiente ou da mangueira ou da última vistoria;
- e) Pressão do ensaio hidrostático realizado;
- f) Aprovação ou motivo da reprovação do extintor ou da mangueira;
- g) A quantidade, medidas (polegadas e comprimento) de mangueiras para hidrantes substituídos e/ou avaliados em teste hidrostático;
- h) peças substituídas/ a substituir/ serviços executados/ a executar
- i) Outras observações que a empresa julgar necessárias ou convenientes

20.4.2. O recebimento será efetuado mediante verificação prévia e indispensável da boa qualidade dos serviços.

20.4.3. **O(s) serviço(s) será(ão) recebido(s):**

- a) **Provisoriamente** após a entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações constantes no Edital e na Proposta, que se dará em até 05 (cinco) dias;
- b) **Definitivamente**, após a verificação da qualidade, quantidade do serviço executado e materiais empregados e sua consequente aceitação, que se dará em até 15 (quinze) dias úteis do recebimento provisório;
- c) O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela perfeita execução do serviço.

20.5. Caso seja verificado que o(s) serviço(s) executado(s) não atende(m) às especificações do Edital e da proposta, o objeto será recusado motivadamente, e a CONTRATADA será notificada para que efetue a substituição/refazimento por serviço(s) em conformidade, dentro do prazo máximo de **5 (cinco) dias**.

20.5.1. Se a substituição acima mencionada não for concluída no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a CONTRATADA incidirá na multa moratória prevista no **item 22** deste Edital.

20.6. A fiscalização e recebimento do(s) serviço(s) durante o prazo de execução do Contrato Administrativo de Prestação de Serviços ficarão sob a responsabilidade do(s) servidor(es) Rogério Benedito Moreira, lotado na Divisão de Serviço Especializado em

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - (PROAF)
DIRETORIA DE MATERIAL (DM) – PROCESSO 3071/2020
PREGÃO ELETRÔNICO – EDITAL Nº 14/2020--PROAF/DM
MANUTENÇÃO DE UNIDADES EXTINTORAS DE INCÊNDIO E MANGUEIRAS TIPO 2

Número da Licitação no Banco do Brasil 818799

Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho – **SESMT**, do Serviço de Bem Estar à Comunidade – **SEBEC** da UEL/Campus Universitário, ou outros profissionais que eventualmente venham a substituí-los na função, os quais, ao verificarem descumprimento do Contrato, comunicarão o fato por escrito aos servidores lotados na Divisão de Apoio Técnico da Diretoria Administrativa da Pró-Reitoria de Administração e Finanças – **DAT/DA/PROAF**, em relação às disposições formais.

20.7. A gestão e fiscalização do Contrato ficarão sob a responsabilidade do titular da Divisão de Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho – **SESMT**, do Serviço de Bem Estar à Comunidade – **SEBEC** da UEL/Campus Universitário, em relação às disposições operacionais, ou outro profissional que eventualmente venha a substituí-lo na função, que, ao verificar o descumprimento do contrato, comunicará por escrito aos servidores lotados na Divisão de Apoio Técnico da Diretoria Administrativa da Pró-Reitoria de Administração e Finanças – **DAT/DA/PROAF**, ou outros profissionais que eventualmente venham a substituí-los na função, que, ao verificar o descumprimento do contrato, comunicará por escrito à CONTRATADA, sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

20.7.1. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, pelos danos causados a CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

20.7.2. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da CONTRANTANTE, não elide nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, emprego de produto/material inadequado ou de qualidade inferior, que não implicarão corresponsabilidade da UEL/CONTRATANTE ou do servidor designado para a fiscalização.

20.7.3. A UEL/CONTRATANTE não caberá qualquer ônus pela rejeição dos serviços considerados inadequados.

20.7.4. A CONTRATANTE poderá convocar o preposto para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

21. DO PAGAMENTO

21.1. A UEL/CONTRATANTE efetuará o pagamento, nos termos do **Decreto Estadual nº 4505/2016 e Resolução SEFA Nº 1212/2016**, através de depósito em conta corrente sob a titularidade da CONTRATADA **exclusivamente no Banco do Brasil S/A**, no prazo máximo **de 30 (trinta) dias**, contados do recebimento definitivo dos serviços, mediante a apresentação do relatório técnico e de nota fiscal eletrônica de serviços prestados (NF-e), com destaque do ISS (quando for o caso), e esta(s) deverá(ão) vir acompanhada(s) do Certificado de Regularidade Fiscal em plena validade, emitida pelo sistema GMS/CFPR, disponível no site: <http://www.comprasparana.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=30>. Caso a validade das certidões, no Certificado, seja inferior a 15 (quinze) dias, deverá ser providenciada a atualização das mesmas e, encaminha-las ao endereço eletrônico: pagamento@uel.br.

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - (PROAF)
DIRETORIA DE MATERIAL (DM) – PROCESSO 3071/2020
PREGÃO ELETRÔNICO – EDITAL Nº 14/2020--PROAF/DM
MANUTENÇÃO DE UNIDADES EXTINTORAS DE INCÊNDIO E MANGUEIRAS TIPO 2

Número da Licitação no Banco do Brasil 818799

- a) Na hipótese da CONTRATADA não possuir conta no banco a que se refere o subitem 21.1. deverá providenciar a abertura de conta corrente em qualquer agência do referido banco, comunicando à UEL os dados de seu domicílio bancário para fins de certificação de cadastro junto ao SICOR – Sistema Integrado Compras e Orçamento da UEL e SIAF/PR - Sistema Integrado de Administração Financeira, e posterior recebimento de seus créditos;
- b) Caso se constate irregularidade na fatura apresentada, na Consulta ao Cadastro Informativo Estadual CADIN e no Certificado de Regularidade Fiscal (CRF) junto ao Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná – GMS/CFPR, a UEL a devolverá à CONTRATADA, para as devidas correções, considerando-a como não recebida para efeito de prazo de pagamento.
- c) Somente poderão ser considerados para efeito de pagamento os serviços efetivamente executados pela CONTRATADA e aprovados pela(s) Fiscalização(ões);
- d) A Nota Fiscal/Fatura de prestação de serviços que for apresentada com erro será devolvida a CONTRATADA para retificação ou substituição, sendo que os trâmites para o pagamento reiniciarão a partir da data de sua reapresentação;
- e) O Estado do Paraná não possui convênio com a Receita Federal e, por tal razão, não efetuará a retenção da CSLL, COFINS e PIS/PASEP eventualmente devidos pela CONTRATADA à Receita Federal, conforme Instrução Normativa n.º 001/2019-DTE/SEFA.

21.2. As empresas sediadas no Estado do Paraná deverão efetuar o preenchimento das Notas Fiscais demonstrando, nos campos preço unitário e preço total, o valor já descontado, o percentual correspondente à alíquota do ICMS e, no campo dados adicionais, indicar que a isenção é efetuada em cumprimento ao disposto no Decreto Estadual nº 1.261, de 14/05/2003, com as alterações inseridas pelo Decreto Estadual nº 1546, de 04/07/2003, demonstrando também o preço total com ICMS, o desconto referente à isenção do ICMS e o preço total sem o respectivo imposto (quando for o caso).

21.2.1. O disposto no subitem anterior não se aplica às ME e EPP e às aquisições de produtos sujeitos ao regime de substituição tributária, quando efetuadas junto a estabelecimento varejista.

22. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (INFRAÇÕES PRATICADAS NO CERTAME LICITATÓRIO)**

22.1. Será aplicada a suspensão temporária de participação em licitação e o impedimento de contratar com a Administrativa à licitante que:

22.1.1. Se recusar, injustificadamente, após ser considerado adjudicatário e dentro do prazo estabelecido pela Administração, a assinar o contrato, bem como aceitar ou retirar o instrumento equivalente.

22.1.2. Não mantiver a sua proposta.

22.2. A declaração de inidoneidade será aplicada a licitante que:

22.2.1. Fizer declaração falsa na fase de habilitação.

22.2.2. Apresentar documento falso.

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - (PROAF)
DIRETORIA DE MATERIAL (DM) – PROCESSO 3071/2020
PREGÃO ELETRÔNICO – EDITAL Nº 14/2020--PROAF/DM
MANUTENÇÃO DE UNIDADES EXTINTORAS DE INCÊNDIO E MANGUEIRAS TIPO 2

Número da Licitação no Banco do Brasil 818799

- 22.2.3. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, ou procedimento.
- 22.2.4. Afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem a qualquer tipo.
- 22.2.5. Tenha sofrido condenação judicial definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.
- 22.2.6. Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados, em especial infrações à ordem econômica definidos na Lei Federal nº 12.529/11.
- 22.2.7. Tenha sofrido condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei.
- 22.3. Caberá multa compensatória a ser calculada sobre o valor total da proposta, sem prejuízo das demais sanções administrativas e indenização suplementar em caso de perdas e danos decorrentes da recusa, à licitante que:
 - 22.3.1. Apresentar declaração falsa: multa de até 20% (vinte por cento);
 - 22.3.2. Deixar de apresentar documento na fase de saneamento: multa de até 10% (dez por cento);
 - 22.3.3. Não mantiver sua proposta, até o momento da adjudicação: multa de até 20% (vinte por cento);
- 22.4. Caberá multa compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total da proposta à licitante que se recusar, injustificadamente, após ser considerado adjudicatário e dentro de prazo estabelecido pela Administração, a assinar o contrato, bem como aceitar ou retirar o instrumento equivalente, sem prejuízo de indenização suplementar em caso de perdas e danos decorrentes da recusa e da sanção de suspensão de licitar e contratar com a Universidade Estadual de Londrina, pelo prazo de até 2 (dois) anos, garantida a ampla defesa.
- 22.5. Nas hipóteses referidas nos itens precedentes, após apuração efetuada através de processo administrativo, e não ocorrendo o pagamento perante a Administração, o valor da multa aplicada será inscrita na dívida ativa e cobrada judicialmente.
- 22.6. A multa poderá ser aplicada juntamente com a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração ou com a declaração de inidoneidade, a teor do disposto no artigo 150, parágrafo único, da Lei Estadual nº 15.608/2007;
- 22.7. As sanções decorrentes do processo administrativo serão publicadas na Imprensa Oficial do Paraná;
- 22.8. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas na minuta do Contrato.

23. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente da licitação correrá por conta da dotação orçamentária: 09.40.9980-9981 código de despesa 3.3.90.39.17 do orçamento geral da Universidade.

24. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 24.1. A apresentação da proposta na licitação fará prova de que a proponente:
- a) Examinou criteriosamente todos os documentos do Edital e seus anexos, que os comparou entre si e obteve expressamente da Universidade informações necessárias, antes de apresentá-la;
 - b) Que conhece todas as especificações e condições de execução do objeto do Edital;
 - c) Considerou que os elementos desta licitação permitiram a elaboração de uma proposta totalmente satisfatória.
- 24.2. Fica entendido que o presente Edital e todos os seus Anexos, são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe ou condição que se mencione em um e se omita em outro, será considerado especificado e válido.
- 24.3. É vedada a qualquer pessoa física ou jurídica a representação de mais de uma empresa na presente licitação.
- 24.4. Reserva-se à Universidade Estadual de Londrina o direito de anular ou revogar a presente licitação, no todo ou em parte, em qualquer de suas fases, motivando as razões de sua decisão, assegurando aos participantes o contraditório e ampla defesa.
- 24.5. As disposições constantes deste Edital, as propostas classificadas, Contrato Administrativo e a(s) Nota(s) de Empenho(s), vinculam as partes para todos os efeitos legais.
- 24.6. A participação da proponente no processo licitatório implica em compromisso de fornecimento/execução do objeto licitado, nos termos da proposta e do presente Edital.
- 24.7. É facultado ao(à) Pregoeiro(a) ou à autoridade superior a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo em qualquer fase da licitação.
- 24.8. As proponentes intimadas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo(a) Pregoeiro(a), sob pena de desclassificação/inabilitação.
- 24.9. O resultado final do presente certame será publicado no endereço <https://www.licitacoes-e.com.br/aop/lct/licitacao/consulta> e na Imprensa Oficial do Paraná, acessível na página www.imprensaoficial.pr.gov.br, e no Diário Oficial da União, acessível na página <http://portal.in.gov.br/> (quando for o caso).
- 24.10. A CONTRATADA obrigatoriamente deverá manter-se durante toda a execução da vigência do Contrato Administrativo, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação,

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - (PROAF)
DIRETORIA DE MATERIAL (DM) – PROCESSO 3071/2020
PREGÃO ELETRÔNICO – EDITAL Nº 14/2020--PROAF/DM
MANUTENÇÃO DE UNIDADES EXTINTORAS DE INCÊNDIO E MANGUEIRAS TIPO 2

Número da Licitação no Banco do Brasil 818799

inclusive a regularidade junto ao CADIN ESTADUAL - Situação Cadastral no Cadastro Informativo Estadual, nos termos do Decreto Estadual N.º 1933/2015, disponível no endereço eletrônico: <http://www.cadin.pr.gov.br>.

- 24.11. Recomenda-se, que, todas as licitantes adotem medida antecipatória, providenciando o Cadastro como Fornecedor do Estado do Paraná, (disponível no site: www.administracao.pr.gov.br/Compras), já na fase de habilitação, para viabilizar e agilizar o processo de eventual contratação, tendo em vista que, por força das disposições constantes do art. 1º, §4º do Decreto nº 9.762/2013, a empresa vencedora, no ato da contratação deve estar cadastrada e em situação regular, sob pena de aplicação de sanção administrativa.
- 24.12. A fim de dirimir eventuais dúvidas de caráter técnico (em relação aos serviços), as interessadas deverão se dirigir ao endereço abaixo, onde obterão os necessários esclarecimentos:

“UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA”
Rodovia Celso Garcia Cid, (PR 445) - km 380
Campus Universitário da UEL

SERVIÇO DE BEM ESTAR À COMUNIDADE - **SEBEC**
Falar com Maurício Fernandes, pelo telefone (43) 3371-4347
e-mail: maufer@uel.br

- 24.13. O foro competente para a solução de litígios oriundos da presente licitação é o da Comarca de Londrina, Estado do Paraná.

Londrina (PR), 24 de fevereiro de 2021.

AZENIL STAVISKI
Pró-Reitor de Administração e Finanças

MARCO AURÉLIO FRANCISCO MAFRA
Diretor de Material

ANEXO III

Apresentação Obrigatória (MODELO)

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA E/OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (ME/EPP)

(_Nome da empresa____), inscrita no CNPJ/MF sob o nº
(_____), situada na Rua/Av
(_____), município de (_____), por seu
representante legal/procurador regularmente constituído, infra firmado, declara, sob as penas
da lei e nos termos do Decreto Estadual nº 2474/2015 com as alterações do Decreto Estadual
nº 8703/2018, para fins de participação na licitação aberta pelo **EDITAL Nº 14/2020-
PROAF/DM**, sob a modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, que cumpre os requisitos legais de
qualificação da condição de ME/EPP, estando apta a usufruir dos benefícios previstos nos
artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações introduzidas pela Lei
Complementar n.º 147/2014 e 155/2016.

Local e data.

Nome:
CPF:
RG Nº SSP/
Cargo:

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - (PROAF)
DIRETORIA DE MATERIAL (DM) – PROCESSO 3071/2020
PREGÃO ELETRÔNICO – EDITAL Nº 14/2020--PROAF/DM
MANUTENÇÃO DE UNIDADES EXTINTORAS DE INCÊNDIO E MANGUEIRAS TIPO 2

Número da Licitação no Banco do Brasil 818799

ANEXO - IV**MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS****I - PARTES**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecida na cidade de Londrina, Estado do Paraná, Campus Universitário, Caixa Postal, 10.011, CEP 86.057-970, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 78.640.489/0001-53, neste ato representado(a) pelo(a) _____, Professor(a) NOME, devidamente inscrito no CPF/MF sob o n.º _____, doravante denominada CONTRATANTE.

NOME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na cidade de _____, Estado do _____, à Rua _____, n.º _____, CEP _____, Fone 0 xx _____, inscrita CNPJ/MF sob o n.º _____, neste ato representado por NOME, devidamente inscrito no CPF/MF sob o n.º xxxxx, doravante denominado CONTRATADA.

II - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Este Contrato decorre do contido no Processo Protocolado sob o n.º **3071/2020**, originário do Processo de Licitação, modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, aberto pelo **EDITAL N.º 14/2020-PROAF-DM**, instaurado pela Diretoria de Material, da Pró-Reitoria de Administração e Finanças, e homologado em ____/____/____, e de acordo com a Lei Estadual nº 15.608/2007 com as alterações da Lei Estadual nº 15.884/2008, Lei Complementar Estadual nº 163/2013, com os Decretos Estaduais 4.880/01, 2474/2015 e respectivas alterações, subsidiariamente pelas Leis Federais nºs 10.520/2002, 8.666/1993 e 8.078/1990, Lei Complementar nº 123/2006 com as alterações introduzidas pelas LCs Nº 147/2014, 155/2016, Decreto Federal nº. 10.024/2019 e, complementarmente, pelas normas de direito privado.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Contratação de serviços continuados de manutenção de unidades extintoras de incêndio e mangueiras tipo 2, por demanda, com fornecimento de mão de obra e material/produtos, compreendendo os serviços de inspeção, manutenção e recarga de extintores de incêndio; testes hidrostáticos de extintores e inspeção, manutenção, empatação e teste hidrostático de mangueira tipo 2 de combate a incêndio, de acordo com o contido nos ANEXOS I e II, partes integrantes do edital, e preços do objeto a seguir descritos:

ITEM	CODIGO	QTD	U.P	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO UNITÁRIO - R\$	PREÇO TOTAL - R\$
01	41197	880	un	RECARGA DE EXTINTOR DE AGUA PRESSURIZADA 10 LITROS		
02	41186	200	un	RECARGA DE EXTINTOR DE GÁS CARBÔNICO CO2 04 KG		
03		

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - (PROAF)
DIRETORIA DE MATERIAL (DM) – PROCESSO 3071/2020
PREGÃO ELETRÔNICO – EDITAL Nº 14/2020--PROAF/DM
MANUTENÇÃO DE UNIDADES EXTINTORAS DE INCÊNDIO E MANGUEIRAS TIPO 2

Número da Licitação no Banco do Brasil 818799

Parágrafo Único: Durante o período de duração do contrato, o serviço deverá ocorrer de acordo com a necessidade da CONTRATANTE, como previsto na Cláusula Terceira, ficando vedada a prestação de serviço condicionada a faturamento mínimo.

CLÁUSULA SEGUNDA: PRAZO VIGÊNCIA E REAJUSTE CONTRATUAL

A vigência do presente Contrato Administrativo será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogados por sucessivos períodos, limitados a 60 (sessenta) meses, mediante a assinatura de Termo Aditivo, desde que demonstrado o interesse da CONTRATANTE, devidamente justificado, com a anuência da CONTRATADA.

Parágrafo Primeiro: O(s) preço(s) unitário(s) estabelecido(s), conforme cláusula primeira estará limitada à variação do **INPCA** (Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo), nos termos do art. 113 da Lei Estadual nº 15.608/07.

Parágrafo Segundo: O reajuste de que trata o parágrafo anterior será aplicado, decorrido o prazo de 12 (doze) meses contados da data da sessão pública de abertura da(s) proposta(s).

Parágrafo Terceiro: A ocorrência de fatos supervenientes que alterem o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato deverá ser comunicada imediatamente pela CONTRATADA à CONTRATANTE, através da Diretoria Administrativa da Pró-Reitoria de Administração e Finanças – **DA/PROAF**, com a devida comprovação (Nota Fiscal anterior e posterior ao fato), para que a situação possa ser analisada pela CONTRATANTE e, se for o caso, procedido o realinhamento de preços.

Parágrafo Quarto: A comunicação para os fins do parágrafo anterior, ainda que procedente, não terá efeito retroativo, e terá como referência a data da entrega da solicitação na Diretoria Administrativa da PROAF/CONTRATANTE, mediante protocolo de recebimento.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA FORMA DE EXECUÇÃO

A CONTRATANTE formalizará os pedidos de execução dos serviços por meio da Divisão de Material do Hospital Universitário - HU e/ou Diretoria de Material da Pró-Reitoria de Administração e Finanças do Campus Universitário – **DM/PROAF**, dentro do prazo de vigência do contrato, por meio de emissão de ordem de contratação/nota de empenho.

Parágrafo Primeiro: À CONTRATANTE reserva-se o direito de enviar a solicitação formalizada à CONTRATADA por e-mail, considerando-se neste caso a data de recebimento como data de início de contagem do prazo de prestação de serviços.

Parágrafo Segundo: A CONTRATADA ficará obrigada a atender todas as Notas de Empenho emitidas durante a vigência do contrato, mesmo se a prestação de serviços dela decorrente for prevista para data posterior ao seu vencimento.

Parágrafo Terceiro: a CONTRATADA deverá retirar as unidades extintoras e/ou mangueiras tipo 2, executar os serviços e entregar/instalar, nos mesmos locais, conforme estabelecido nos cronogramas elaborados pelos responsáveis do SESMT/Campus e SEBEC/SESMT/HU, acompanhado de relatório técnico.

Parágrafo Quarto: Todos os serviços e fornecimento de produtos/materiais à CONTRATANTE, para a efetivação do pagamento de notas fiscais, deverão ser acompanhados de **relatórios técnicos** individualizados por Unidade atendida, contendo, no mínimo:

- a) Data do ensaio e identificação do responsável técnico;
- b) Identificação do recipiente (número de série e carga do agente extintor);
- c) Identificação da mangueira (local);
- d) Logotipo da empresa e ano de fabricação do recipiente ou da mangueira ou da última vistoria;
- e) Pressão do ensaio hidrostático realizado;
- f) Aprovação ou motivo da reprovação do extintor ou da mangueira;
- g) A quantidade, medidas (polegadas e comprimento) de mangueiras para hidrantes substituídos e/ou avaliados em teste hidrostático;
- h) peças substituídas/ a substituir/ serviços executados/ a executar;
- i) Outras observações que a empresa julgar necessárias ou convenientes

Parágrafo Quinto: Caso seja verificado que o(s) serviço(s) executado(s) não atende(m) às especificações do Edital e da proposta, o serviço será recusado, motivadamente, e a CONTRATADA será notificada para que efetue o refazimento dos serviços e/ou substituição por produto(s) em conformidade, dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

Parágrafo Sexto: Se a substituição/refazimento mencionada no Parágrafo anterior não for concluída dentro do prazo máximo de execução, a CONTRATADA incidirá na multa moratória prevista na Cláusula Sétima deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA deverá cumprir as seguintes obrigações:

- a) executar os serviços em observância às disposições descritas no Memorial Descritivo (Anexo II), parte integrante deste instrumento;
- b) efetuar a entrega do objeto/serviço em perfeitas condições de uso, conforme especificações, prazo e local(is) constantes no cronograma que será fornecido pela CONTRATANTE, acompanhado da respectiva nota fiscal e relatório técnico;
- c) arcar com os encargos trabalhistas, previdenciários, seguro, transporte, taxas, impostos e outros. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos, não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato;
- d) arcar com danos causados diretamente à CONTRATANTE ou terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela CONTRATANTE;

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - (PROAF)
DIRETORIA DE MATERIAL (DM) – PROCESSO 3071/2020
PREGÃO ELETRÔNICO – EDITAL Nº 14/2020--PROAF/DM
MANUTENÇÃO DE UNIDADES EXTINTORAS DE INCÊNDIO E MANGUEIRAS TIPO 2

Número da Licitação no Banco do Brasil 818799

- e) manter todos os atendimentos realizados com a CONTRATANTE sempre por escrito;
- f) fornecer ao gestor do contrato todas as informações por este solicitadas, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;
- g) apresentar, sempre que solicitado pelo gestor do contrato, no prazo máximo estipulado no pedido, documentação referente às condições exigidas neste instrumento contratual;
- h) comunicar, por escrito e imediatamente à CONTRATANTE, por intermédio do gestor do contrato, toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução deste contrato;
- i) comunicar ao gestor do contrato, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias úteis, quaisquer alterações havidas no contrato social, durante o prazo de vigência deste contrato, bem como apresentar os documentos comprobatórios da nova situação;
- j) encaminhar qualquer solicitação à CONTRATANTE por intermédio do gestor do contrato;
- k) acatar a fiscalização, a orientação e o gerenciamento dos trabalhos por parte do gestor do contrato designado pela CONTRATANTE;
- l) fornecer ao gestor do contrato os nomes dos empregados autorizados a tratar com a CONTRATADA;
- m) não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste contrato;
- n) recrutar em seu nome e sob sua inteira responsabilidade os profissionais empregados necessários à perfeita execução dos serviços contratados, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;
- o) observar todas as normas de segurança, conforme legislação em vigor, e o uso de uniformes e EPI's adequados à execução dos serviços;
- p) fornecer à CONTRATANTE número de telefone celular do preposto, com perfeito conhecimento do objeto contratado, para o pronto deslocamento e atendimento em situações de emergência ou de algum imprevisto.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE deverá cumprir as seguintes obrigações:

- a) fornecer todas as informações necessárias e/ou solicitadas pela CONTRATADA;
- b) fiscalizar a execução dos serviços, através da Divisão de Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho – **SESMT**, do Serviço de Bem Estar à Comunidade - **SEBEC** da UEL/Campus Universitário e do Hospital Universitário – HU;
- c) relacionar-se com a CONTRATADA, exclusivamente, por meio de pessoa por ela credenciada;

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - (PROAF)
DIRETORIA DE MATERIAL (DM) – PROCESSO 3071/2020
PREGÃO ELETRÔNICO – EDITAL Nº 14/2020--PROAF/DM
MANUTENÇÃO DE UNIDADES EXTINTORAS DE INCÊNDIO E MANGUEIRAS TIPO 2

Número da Licitação no Banco do Brasil 818799

- d) notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas e/ou irregularidades verificada na execução dos serviços, para que seja substituído, reparado ou corrigido, durante a vigência do contrato e/ou do período de garantia;
- e) receber o objeto/serviço no prazo e condições estabelecidas no Edital, seus anexos e cronograma a ser fornecido pela SESMT do Campus e HU;
- f) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- g) permitir livre acesso dos empregados da CONTRATADA ao(s) local(is) da realização dos serviços;
- h) dar conhecimento à CONTRATADA de todos os procedimentos e informações de segurança, normas internas vinculados à realização e gerenciamento dos serviços;
- i) cumprir e fazer cumprir o disposto nas cláusulas do contrato;
- j) efetuar o pagamento no valor correspondente ao serviço, nos termos do disposto na Cláusula Sexta, desde que corretamente executado o objeto da contratação;
- k) aplicar à CONTRATADA as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis.

CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

O preço unitário a ser pago pela CONTRATANTE para o(s) serviço(s) será o constante na Cláusula Primeira deste Contrato, por cada retirada/entrega. O valor total do presente Contrato é de R\$ (.....).

Parágrafo Primeiro: A UEL/CONTRATANTE efetuará o pagamento, nos termos do **Decreto Estadual nº 4505/2016** e **Resolução SEFA Nº 1212/2016**, através de depósito em conta corrente sob a titularidade da CONTRATADA exclusivamente no **Banco do Brasil S/A**, no prazo máximo **de 30 (trinta) dias**, contados do recebimento definitivo dos serviços, mediante a apresentação do relatório técnico e de nota fiscal eletrônica de serviços prestados (NF-e), com destaque do ISS (quando for o caso), e esta(s) deverá(ão) vir acompanhada(s) do Certificado de Regularidade Fiscal em plena validade, emitida pelo sistema GMS/CFPR, disponível no site: <http://www.comprasparana.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=30>. Caso a validade das certidões, no Certificado, seja inferior a 15 (quinze) dias, deverá ser providenciada a atualização das mesmas e, encaminha-las ao endereço eletrônico: pagamento@uel.br.

Parágrafo Segundo: Caso se constate irregularidade na fatura apresentada, na Consulta ao Cadastro Informativo Estadual CADIN e no Certificado de Regularidade Fiscal (CRF) junto ao Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná – GMS/CFPR, a UEL/CONTRATANTE devolverá à CONTRATADA, para as devidas correções, considerando-a como não recebida para efeito de prazo de pagamento.

Parágrafo Terceiro: A Nota Fiscal que for apresentada com erro será devolvida à CONTRATADA para retificação ou substituição, sendo que os trâmites para o pagamento reiniciarão a partir da apresentação da Nota Fiscal sem erros.

Parágrafo Quarto: Fica a CONTRATANTE desobrigada da contratação em sua totalidade por se tratar de serviços sob demanda.

Parágrafo Quinto: O Estado do Paraná não possui convênio com a Receita Federal e, por tal razão, não efetuará a retenção da CSLL, COFINS e PIS/PASEP eventualmente devidos pela CONTRATADA à Receita Federal, conforme Instrução Normativa n.º 001/2019-DTE/SEFA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PRATICADAS NO DECORRER DA CONTRATAÇÃO

Com fundamento no artigo 150, incisos I a IV, da Lei Estadual n.º 15.608/2007, nos casos de atraso injustificado, inexecução parcial ou total, descumprimento de obrigação contratual, falha na execução do contrato ou inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, a CONTRATADA poderá ser apenada, com as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Parágrafo Primeiro: Poderá ser aplicada a sanção de advertência nas seguintes condições:

- a) Descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, bem como nas situações que ameacem a qualidade do produto, serviço ou a integridade patrimonial ou humana;
- b) Outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços à CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

Parágrafo Segundo: Será aplicada sanção de multa nas seguintes condições:

a) Multa Compensatória:

- a₁) No caso de inexecução parcial do objeto, será aplicada multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da parte inadimplida;
- a₂) No caso de reincidência, ou quando a inexecução parcial também caracterizar abandono da execução do contrato, será aplicada multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor da parte inadimplida.
- a₃) No caso de inexecução total, a multa aplicada será de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.

b) Multa Moratória:

- b₁) No caso de atraso injustificado na execução do objeto, será aplicada multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total da parcela inadimplida, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, a partir de quando será caracterizada a inexecução parcial do objeto;
- b₂) No caso de reincidência, será aplicada a multa de 1% (um por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, quando então a CONTRATADA será considerada inadimplente para todos os efeitos, o que será apurado mediante a instauração de processo administrativo próprio, nos termos previstos nos artigos 161 e 162 da Lei Estadual nº 15608/2007.

Parágrafo Terceiro: A fixação das multas compensatórias referidas no parágrafo segundo, alínea “a” e respectivas subalíneas, não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar em favor da CONTRATANTE, sendo o dano superior ao percentual referido.

Parágrafo Quarto: O valor da multa poderá ser descontado da fatura devida à CONTRATADA. Na hipótese de referido valor ser insuficiente, ficará a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

Parágrafo Quinto: Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa e cobrada judicialmente.

Parágrafo Sexto: Poderá ser aplicada a sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, com fundamento no artigo 150, inciso III, e 154, da Lei Estadual nº 15.608/2007, pelo prazo de até 2 (dois) anos, garantida a ampla defesa, à CONTRATADA que incorrer em inexecução parcial contratual.

Parágrafo Sétimo: Poderá ser aplicada sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, com base nos artigos 150, inciso IV, e 156, ambos da Lei Estadual nº 15.608/2007, nas seguintes hipóteses:

- a) Fraudar a execução do contrato;
- b) Comportar-se de modo inidôneo;
- c) Praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- d) Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do Contrato, sem consentimento prévio da CONTRATANTE;
- e) Ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei nº. 8.666/93, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento da CONTRATANTE após a assinatura do Contrato;
- f) Apresentação, à CONTRATANTE, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do contrato, a manutenção das condições apresentadas na habilitação;

g) Inexecução total do objeto, conforme previsto no parágrafo nono desta cláusula.

Parágrafo Oitavo: Será configurada a inexecução parcial do objeto quando, injustificadamente, a CONTRATADA executar, até o final do prazo de execução do contrato, percentual inferior a 100% (cem por cento) e superior ou igual a 50% (cinquenta por cento) do objeto do contrato.

Parágrafo Nono: Será configurada a inexecução total do objeto quando, injustificadamente, a CONTRATADA executar, até o final do prazo de execução do contrato, percentual inferior a 50% (cinquenta por cento) do objeto do contrato.

Parágrafo Décimo: As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do caput poderão ser aplicadas cumulativamente com as multas previstas no parágrafo segundo, alíneas “a” e “b” e respectivas subalíneas.

Parágrafo Décimo Primeiro: As sanções administrativas serão aplicadas em procedimento administrativo autônomo, garantindo-se o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA: DA(S) FISCALIZAÇÃO(ÕES) E RECEBIMENTO(S)

A fiscalização e recebimento do(s) serviço(s) durante o prazo de execução do Contrato Administrativo de Prestação de Serviços ficarão sob a responsabilidade do(s) servidor(es) Rogério Benedito Moreira, lotado na Divisão de Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho – **SESMT**, do Serviço de Bem Estar à Comunidade - **SEBEC** da UEL/Campus Universitário, ou outros profissionais que eventualmente venham a substituí-los na função, os quais, ao verificarem descumprimento do Contrato, comunicarão o fato por escrito aos servidores lotados na Divisão de Apoio Técnico da Diretoria Administrativa da Pró-Reitoria de Administração e Finanças – **DAT/DA/PROAF**, em relação às disposições formais e ao titular da Divisão de Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho – **SESMT**, do Serviço de Bem Estar à Comunidade - **SEBEC** da UEL/Campus Universitário, em relação às disposições operacionais

Parágrafo Único: O(s) serviço(s) será(ão) recebido(s):

- a) **Provisoriamente** após a entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações constantes no Edital e na Proposta, que se dará em até 05 (cinco) dias;
- b) **Definitivamente**, após a verificação da qualidade, quantidade do serviço executado e materiais empregados e sua consequente aceitação, que se dará em até 15 (quinze) dias úteis do recebimento provisório;
- c) O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela perfeita execução do serviço.

CLÁUSULA NONA: DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A gestão e fiscalização do Contrato ficarão sob a responsabilidade do titular da Divisão de Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho – **SESMT**, do Serviço de Bem Estar à Comunidade - **SEBEC** da UEL/Campus Universitário, em relação às disposições operacionais, ou outro profissional que eventualmente venha a substituí-lo na

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - (PROAF)
DIRETORIA DE MATERIAL (DM) – PROCESSO 3071/2020
PREGÃO ELETRÔNICO – EDITAL Nº 14/2020--PROAF/DM
MANUTENÇÃO DE UNIDADES EXTINTORAS DE INCÊNDIO E MANGUEIRAS TIPO 2

Número da Licitação no Banco do Brasil 818799

função, que, ao verificar o descumprimento do contrato, comunicará por escrito aos servidores lotados na Divisão de Apoio Técnico da Diretoria Administrativa da Pró-Reitoria de Administração e Finanças – **DAT/DA/PROAF**, ou outros profissionais que eventualmente venham a substituí-los na função, que, ao verificar o descumprimento do contrato, comunicará por escrito à CONTRATADA, sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

Parágrafo Primeiro: A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, pelos danos causados a CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

Parágrafo Segundo: A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da CONTRATANTE, não elide nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, emprego de produto/material inadequado ou de qualidade inferior, que não implicarão corresponsabilidade da UEL/CONTRATANTE ou do servidor designado para a fiscalização.

Parágrafo Terceiro: À UEL/CONTRATANTE não caberá qualquer ônus pela rejeição dos serviços considerados inadequados.

Parágrafo Quarto: A CONTRATANTE poderá convocar o preposto para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

O presente contrato será rescindido, de pleno direito, como prevê o Art. 128 da lei Estadual N.º 15.608/2007, independentemente de aviso ou notificação, desde que ocorram quaisquer das hipóteses previstos no Art. 129 e incisos da mesma lei, garantido o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Único: A inadimplência total ou parcial do Contrato, além da aplicação das multas previstas, poderá resultar na rescisão contratual e na aplicação das penalidades previstas nos artigos 150 e seguintes da Lei Estadual nº 15.608/07.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente deste contrato correrá por conta da dotação orçamentária 09.40.9980-9981 código de despesa 3.3.90.39.17 do orçamento geral da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

É possível a alteração subjetiva do contrato administrativo, decorrente de fusão, cisão ou incorporação da contratada, desde que não traga qualquer prejuízo à execução do objeto contrato e observado o interesse público.

Parágrafo Único: A alteração subjetiva é admissível, desde que:

- a) Sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato;

c) haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram o presente Contrato, complementando o rol de direitos e obrigações das partes, os seguintes documentos:

PREGÃO ELETRÔNICO – EDITAL N.º 14/2020-PROAF/DM e seus anexos.

Proposta de Preço datada de _____

Parágrafo Primeiro: A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade pelos danos que causar à CONTRATANTE ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes, na execução dos serviços contratados.

Parágrafo Segundo: É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto do presente Contrato **sem a anuência expressa da CONTRATANTE**.

Parágrafo Terceiro: A CONTRATADA obrigatoriamente deverá manter-se durante toda a execução da vigência do contrato administrativo, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive a regularidade junto ao CADIN ESTADUAL - Situação Cadastral no Cadastro Informativo Estadual, nos termos do Decreto Estadual Nº 1933/2015, disponível no endereço eletrônico: <http://www.cadin.pr.gov.br>.

Parágrafo Quarta: As questões decorrentes deste Contrato Administrativo serão dirimidas no Foro da Comarca de Londrina, sede da CONTRATANTE, por força do disposto no Art. 97, § 3º, da Lei Estadual n.º 15.608/2007.

E por estarem assim justos e contratados, é o presente Contrato assinado pelos representantes legais das partes, em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Londrina (PR),

UEL
XXXXXX

CONTRATANTE
NOME
XXXX

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - (PROAF)
DIRETORIA DE MATERIAL (DM) – PROCESSO 3071/2020
PREGÃO ELETRÔNICO – EDITAL Nº 14/2020--PROAF/DM
MANUTENÇÃO DE UNIDADES EXTINTORAS DE INCÊNDIO E MANGUEIRAS TIPO 2

Número da Licitação no Banco do Brasil 818799

ANEXO V

RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. A proponente deverá INSERIR no sistema eletrônico a seguinte documentação nos termos do item 15 deste Edital:
 - a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) da empresa proponente;
 - b) Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da presente licitação;
 - c) Certidão Negativa de Débito (**CND**) - junto à Previdência Social em plena validade ou a Certidão Negativa de Débito expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, na forma prevista na Portaria nº 358, de 05 de setembro de 2014.
 - c.1. A apresentação da Certidão Negativa de Débito expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, na forma prevista na Portaria nº 358, de 05 de setembro de 2014, substitui também a prova de regularidade com a Fazenda Federal (tributos federais e dívida ativa da União) prevista na alínea “e”.
 - d) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**CRF**);
 - e) Prova de Regularidade para com a **Fazenda Federal** (administrados pela Secretaria da Receita Federal relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União);
 - f) Prova de Regularidade para com a **Fazenda Estadual**, do domicílio ou sede da proponente;
 - g) Prova de Regularidade para com a **Fazenda Municipal**, do domicílio ou sede da proponente;
 - h) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – **CNDT**, nos termos da Lei nº 12.440/2011 (disponível no site: www.tst.jus.br/certidao);
 - i) Certificado de regularidade junto ao INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, qualidade e tecnologia, de acordo com a NBR 12.962 e Portaria n.º 206, de 16 de maio de 2011 - INMETRO, em virtude do disposto nos artigos 4º e 5º da Lei do Estado do Paraná nº 19.449/2018 e no item 5.3.1 da NPT nº 21, do Corpo de Bombeiros do Paraná, em plena validade;
 - j) Certidão de análise do teor de bicarbonato de sódio do extintor PQS;
 - k) Documento comprobatório emitido por órgão oficial do enquadramento como microempresa (**ME**), empresa de pequeno porte (**EPP**) (caso esteja ofertando proposta nessa condição), nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, **com as alterações**

introduzidas pelo LC Nº 147/2014, 155/2016, Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial do domicílio da empresa ou documento equivalente com prazo de emissão não superior a 12 (doze) meses;

- l) Modelo de Declaração de que não possuem empregados menores de 18 anos, conforme **ANEXO VII**;
 - m) Modelo de Declaração de Qualidade Ambiental e Sustentabilidade Sócio-Ambiental, conforme **ANEXO VIII**;
 - n) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedade por ações acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, que comprove os poderes do responsável legal da empresa;
 - o) Modelo de Declaração de vedação ao nepotismo (**ANEXO IX**).
2. Caso a empresa não comprove sua regularidade através do envio dos documentos acima, estará imediatamente inabilitada no presente processo licitatório e sujeita às penalidades previstas no edital e na legislação pertinente.
3. A documentação de que trata este ANEXO deverá estar dentro do prazo de validade na data de sua inclusão e não será permitida documentação incompleta ou protocolo/requerimento de emissão do respectivo documento. Não serão aceitas certidões que contenham ressalvas de que “não são válidas para fins licitatórios”.
4. As licitantes **ME/EPP**, DEVERÃO INSERIR/APRESENTAR TODA A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA, todavia, nos termos do Art. 43, § 1º, da Lei Complementar n.º 123/2006, alterada pela Lei Complementar n.º 147/2014 e Decreto Estadual n.º 2.474/2015, havendo alguma restrição na comprovação da Regularidade Fiscal e Trabalhista (alíneas “c” a “h”), o(a) Pregoeiro(a), concederá o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
5. Os documentos necessários à habilitação da proponente poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia.
6. O Pregoeiro, com o escopo de verificar a situação atual da proponente, consultará a regularidade da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas no dia do julgamento dos documentos da habilitação, prevalecendo, assim, as informações da certidão mais recente.
7. **SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL** (artigo 3º da Lei nº 8.666/93, com redação dada pela Lei nº 12.349/2010 e do Decreto nº 9178/2017) – quando for o caso:
- I. Para efeito de cumprimento da Instrução Normativa nº 11/2018 de 13/04/2018, o Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em **primeiro lugar** que apresente ou envie imediatamente, sob pena de não-aceitação da proposta, o Comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais

– CTF/APP - IBAMA, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, para as licitantes na condição de (**uso de recursos da natureza**), poderá ser apresentado documento equivalente, cadastrados em outros órgãos (IAP, SEMA, etc):

- 1) fabricação de estrutura de madeira e de móveis);
- 2) fabricação de estrutura metálica com ou sem tratamento de superfície, inclusive galvanoplastia;
- 3) comércio de móveis composto, no todo ou em parte, por madeira de espécies nativas;
- 4) comércio de móveis composto, no todo ou em parte, por painéis de madeira industrializada, tais como MDF, compensado ou aglomerado.

II. A apresentação do Certificado de Regularidade **será dispensada**, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta on line ao sítio oficial do IBAMA, imprimindo-o e anexando-o ao processo, disponível no endereço: https://servicos.ibama.gov.br/ctf/publico/certificado_regularidade_consulta.php.

III. Caso o fabricante seja dispensado de tal registro, por força de dispositivo legal, o licitante deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da lei.

IV. No caso de a licitante **não ser fabricante do produto**, este deverá comprovar, como requisito de aceitação de sua proposta, que o fabricante do produto por ele ofertado está devidamente registrado junto ao CTF.

ANEXO - VI

MINUTA DA PROPOSTA

Ref: PREGÃO ELETRÔNICO – EDITAL N.º 14/2020-PROAF/DM

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE:

Razão Social: _____
CNPJ _____ I.E. _____
Endereço: _____
Telefone: _____ e-mail: _____

1. **OBJETO:**

Apresentamos nossa proposta para Contratação de empresa com fornecimento de mão de obra e material para Inspeção, manutenção e recarga de extintores de incêndio; testes hidrostáticos de extintores e Inspeção, manutenção, empatação e teste hidrostático de mangueira tipo 2 de combate a incêndio, conforme discriminado no (ANEXO – I) do Edital que integra o instrumento convocatório da licitação em epígrafe (Descrever o objeto detalhando).

2. **CONDIÇÕES GERAIS:**

- 2.1. A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.
- 2.2. Quaisquer reclamações deverão ser formalizadas por escrito e dirigidas ao nosso escritório, site: (endereço completo)

3. **DO PREÇO** (valor final após sessão de disputa), conforme disposto no ANEXO I, constando, valor:

Unitário do item R\$ (em algarismo)
Total unitário do item R\$ (em algarismo)
Total do lote R\$ (em algarismo e por extenso)

3.1. VALIDADE DA PROPOSTA: conforme subitem 2.4 do edital.

3.2. O preço proposto contempla todas as despesas que o compõem, tais como: retirada/entrega/instalação, frete, seguro para a entrega do(s) serviço(s), no(s) local(is) indicado(s) no cronograma a ser entregue pela UEL, bem como todos os encargos (obrigações sociais, impostos, taxas etc).

3.3. Empresas paranaenses deverão apresentar/inserir proposta reformulada, em conformidade com o subitem 9.4, alínea “c” do Edital convocatório (quando for o caso).

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - (PROAF)
DIRETORIA DE MATERIAL (DM) – PROCESSO 3071/2020
PREGÃO ELETRÔNICO – EDITAL Nº 14/2020--PROAF/DM
MANUTENÇÃO DE UNIDADES EXTINTORAS DE INCÊNDIO E MANGUEIRAS TIPO 2

Número da Licitação no Banco do Brasil 818799



4. PRAZO DE GARANTIA: conforme subitem 2.3 do edital.
5. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: conforme disposição do item 21 do edital.

Local e data,

Assinatura devidamente identificada do responsável ou representante legal da proponente

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - (PROAF)
DIRETORIA DE MATERIAL (DM) – PROCESSO 3071/2020
PREGÃO ELETRÔNICO – EDITAL Nº 14/2020--PROAF/DM
MANUTENÇÃO DE UNIDADES EXTINTORAS DE INCÊNDIO E MANGUEIRAS TIPO 2

Número da Licitação no Banco do Brasil 818799

ANEXO - VII

Apresentação Obrigatória
(MODELO)

PROPONENTE:

ENDEREÇO.....

CNPJ: FONE/FAX: (0xx.....)

DECLARAÇÃO

Declaramos, sob as penas da lei, que nossa empresa não possui empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesesseis) anos, estando, portanto apta para participar desta licitação, sob a modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO – EDITAL Nº 14/2020-PROAF/DM**, de conformidade com a lei 9.854/99 de 27/10/99.

Local e data: _____

.....

Nome:
RG/CPF:
Cargo:

ANEXO - VIII

MODELO DECLARAÇÃO QUALIDADE AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL

Para fins de participação na Licitação **PREGÃO ELETRÔNICO – EDITAL Nº 14/2020-PROAF/DM**, destinado a **Contratação de empresa com fornecimento de mão de obra e material para Inspeção, manutenção e recarga de extintores de incêndio; testes hidrostáticos de extintores e Inspeção, manutenção, empatação e teste hidrostático de mangueira tipo 2 de combate a incêndio**, (Nome completo da proponente _____, CNPJ n.º _____, sediada (endereço completo), sob as penas da Lei, notadamente o Decreto Estadual n.º 6252 de 22 de março de 2006, DECLARA que atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade sócio-ambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

Local e data

Assinatura devidamente identificada do representante legal
da empresa proponente

ANEXO - IX

Modelo de Declaração de Vedação ao Nepotismo

DECLARAÇÃO

(NOME DA EMPRESA _____) inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, aos artigos 3º, § 2º e 6º, II, Decreto Estadual nº 2485/2019 (conforme o caso), DECLARA, sob responsabilidade civil e criminal, que não é cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, do Governador, do Vice-Governador ou de servidor público que esteja investido em cargo de direção, chefia assessoramento, ou exercente de cargo de comissão ou de confiança, ou ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta, no âmbito do órgão ou entidade em que atua.

Local e data

Nome e carimbo do representante legal

* O documento deve ser redigido em papel timbrado da Pessoa Jurídica Pública ou Privada, datado e assinado pelo representante legal ou por um dos sócios da referida CONTRATADA atestadora.

** A autenticidade deste documento poderá ser conferida pelo Pregoeiro e Equipe Técnica de Apoio, sendo vedado atestado fornecido por Pessoa Física.

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - (PROAF)
DIRETORIA DE MATERIAL (DM) – PROCESSO 3071/2020
PREGÃO ELETRÔNICO – EDITAL Nº 14/2020--PROAF/DM
MANUTENÇÃO DE UNIDADES EXTINTORAS DE INCÊNDIO E MANGUEIRAS TIPO 2

Número da Licitação no Banco do Brasil 818799

AVISO DE LICITAÇÃO

**PREGÃO ELETRÔNICO - EDITAL Nº 14/2020-PROAF/DM
AMPLA DISPUTA – ÂMBITO NACIONAL**

**PROCEDIMENTO LICITATÓRIO ELETRÔNICO
NO MODO DE **DISPUTA ABERTO E FECHADO****

OBJETO: Contratação de empresa com fornecimento de mão de obra e material/produto para inspeção, manutenção e recarga de extintores de incêndio; testes hidrostáticos de extintores e inspeção, manutenção, empatação e teste hidrostático de mangueira tipo 2 de combate a incêndio e demais especificações constantes nos anexos do edital.

VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO: é de **R\$ 295.841,73** (duzentos e noventa e cinco mil oitocentos e quarenta e um reais e setenta e três centavos).

TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço do Lote.

RECURSO FINANCEIRO: Próprio

INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: **dia 10 de março de 2021, a partir das 08h00min.**

DATA ABERTURA DAS PROPOSTAS: **dia 12 de março de 2021 às 08h00min.**

INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA DE LANCES: **dia 15 de março de 2021 às 08h30min.**

O Edital e seus Anexos, serão disponibilizados no site www.licitacoes-e.com.br, com as especificações e demais condições, pesquisar pelo numero de identificação número **818799**.